Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE APUCARANA – ESTADO DO PARANÁ

SEGREDO DE JUSTIÇA

D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 10.746.902/0001-25 e **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 10.145.255/0001-04, ambos com sede junto a Rua João Leite de Miranda, nº 15, Condomínio Industrial Eco Park, CEP: 86.802-694, Apucarana/PR, ambas denominadas **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**, por seus advogados, com endereços constantes do rodapé desta, vêm à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, apresentar e requerer

RECUPERAÇÃO JUDICIAL
COM PEDIDO DE TUTELA ANTECEDENTE DE URGÊNCIA

o que fazem com fundamento nos argumentos de fato e de direito que seguem:

PROJUDI - Processo: 0004541-20.2023.8.16.0044 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Alan Rogerio Mincache:00487822978
20/04/2023: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Petição Inicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Federiche Mincache ADVOGADOS — 15 anos

Sumário

01- A História do Grupo:.....4
02- Litisconsórcio Ativo. Consolidação Substancial:.....14
2.1 - Relação de Controle ou de Dependência:.....21
2.2 - Identidade Total ou Parcial do Quadro Societário:.....23
2.3 - Atuação Conjunta No Mercado Entre Os Postulantes:.....23
03- A Crise Econômico-Financeira do Grupo Klivan Confecções:.....26
04- Dos Requisitos Para o Processamento da Recuperação Judicial. Art. 51 e Incisos. Preenchimento:.....46
05- Dos Efeitos do Deferimento do Processamento do Pedido de Recuperação Judicial:.....50
05.1 - Impossibilidade de Restrição de Serviços Essenciais à Atividade Empresarial por Conta de Débitos Anteriores ao Pedido:.....50
05.2 - Nomeação de Administrador Judicial:.....51
05.3 - Suspensão das Ações e Execuções. *Automatic Stay*:.....52
05.4 - Manutenção na Posse de Bens Essenciais à Atividade Empresarial, Inclusive Aqueles Gravados com Alienação Fiduciária, Arrendamento Mercantil, ou Reserva de Domínio:.....53
05.5 - Dispensa da Apresentação de Certidões Negativas Para Exercício da Atividade:.....56
05.6 - Da Publicação de Edital de Aviso aos Credores (art. 52, § 1º da Lei 11.101/2005):.....57
05.7 - Da Apresentação do Plano de Recuperação Judicial (art. 53, *caput*, da Lei 11.101/2005):.....58
05.8 - Da Apresentação de Contas Demonstrativas Mensais e Relatórios Mensais de Atividades Através de Incidentes:.....58
05.9 - Da Comunicação ao Ministério Público, Fazendas Públicas e Junta Comercial:.....59
06- Da tutela de urgência. Requisitos do art. 300 do CPC preenchidos. Necessária concessão.....59
06.1- Dos Contratos de Cessão de Direitos Creditórios. Necessária suspensão de atos de constrição pelos Fundos de investimento em face de terceiros. Suspensão de contratos de compradores que ameaça a própria existência das Empresas Requerentes.....61

06.2- CERTIFICAÇÃO ABVTEX DE CARÁTER ESSENCIAL PARA A MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DA PRODUTOS. 68
07- Do Segredo de Justiça: 77
08- CONCLUSÃO: 81

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

01- A HISTÓRIA DO GRUPO:

Conhecido como **KLIVAN CONFECÇÕES**, o grupo formado pelas empresas **D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI** e **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI** atua fortemente no mercado varejista e atacadista de vestuário, tornando-se referência nacional no seguimento promocional, magazine e *private label,* assim segmentado:



Fundado no ano de 2008, o Grupo conta com quase 15 anos de excelência e compromisso, sendo atualmente uma das maiores empresas do norte do Estado do Paraná, seja em produção quanto em distribuição.

Idealizada inicialmente para desenvolvimento de peças direcionadas ao mercado *fashion*, foi fundada a empresa **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI, TAMBÉM CONHECIDA PELA MARCA KLIVAN CONFECÇÕES,** que firmou seu nome ofertando tendências da moda para lojistas em nível

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

nacional e com grandes criações, conquistando rapidamente uma vasta gama de clientes ante seu atendimento rápido e qualidade diferenciada, na modalidade *private label*, também denominada magazine.

Justifica-se o destaque no mercado, igualmente ao fato de que o **GRUPO KLIVAN** desde o princípio de sua atuação sempre focou não só em fornecer peças de modelagem e *design* moderno, mas também na qualidade da matéria-prima, sempre atenta a sua rastreabilidade e sustentabilidade.

No atendimento e no modelo de negócio denominado *magazine* ou *private label*, a empresa terceirizada (**GRUPO KLIVAN**) desenvolve a modelagem, fabricação e finalização das peças de vestuário encomendadas pelas grandes redes de comércio varejista, as quais recebem a etiqueta com a respectiva marca contratante, a qual procede a venda ao consumidor final.

O **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** oferece peças tanto nas linhas femininas e masculinas quanto na linha infanto-juvenil, apresentando extenso catálogo aos seus clientes, desde camisaria, calças, moletons, shorts até vestidos, saias, blusas e bodys como abaixo exemplificado:





Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY



Os clientes atendidos e fidelizados no segmento *magazine/private label são redes reconhecidas nacional e internacionalmente*:

Em busca de continuidade e perenidade, as Peticionantes viram nascer uma nova necessidade de mercado de vestuário **voltada ao aprimoramento dos produtos promocionais**, que até então fornecidos como "brindes" não possuíam grande qualidade e diversidade.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Nesse sentido, com acompanhamento do *know-how* adquirido no setor *private label*, somada da experiência nas áreas de produção e comercialização de produtos de vestuário para grandes redes varejistas, o desejo de crescimento do grupo e a necessidade de mercado, o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** tomou outro passo no caminho do crescimento, fundando no ano de 2009 a empresa **D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI,** focada essencialmente para atender o setor promocional.

Focada na expansão a D'atri apresentou-se como opção para as grandes marcas, com o diferencial de que, além de ofertar o mesmo nível de qualidade das peças, modelagens modernas e estilo arrojado do seguimento *fashion*, concedeu uma maior variedade nas peças de vestuário e nas linhas de acessórios e produtos correlacionados (bolsas, bonés, estojos, almofadas, mochilas, bolsas térmicas e afins) em comparação com o que o mercado normalmente produzia.

Abaixo alguns dos produtos idealizados e criados a partir da D'Atri e comercializados ao longo dos anos:



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY



Rapidamente a empresa despontou no setor promocional e foi reconhecida como referência, reafirmando também sua força na esfera *magazine/private label*, atendendo redes de grande renome e inclusive cruzando os limites nacionais, fidelizando conhecidas empresas de porte multinacional, tais como:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

O sucesso do grupo ao longo dos anos se deu por uma soma de fatores, seja pela perene busca pela qualidade, eficiência e atendimento personalizado à necessidade do cliente, seja pela visão social da empresa, da qual sempre manteve a implementação das melhores técnicas para redução de riscos de trabalho, ofertando seguras oportunidades de emprego e, por consequência, aquecendo e contribuindo com a economia local e da região.

Além de tudo, conquistou importantes certificações, tudo em função do alto nível no atendimento de exigências dos clientes e do perfil desses clientes – grandes marcas -, dentre as quais destaca-se a **ABVTEX** e a **Disney FAMA**:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Ambas certificações se remetem a programas que visam atestar a **responsabilidade social, uso das regras de *compliance*, mitigação de riscos na mão de obra e controle de qualidade necessários na cadeia têxtil**.

O nível de exigência das certificadoras submeteu e submete o grupo a frequentes auditorias, inclusive com divulgação nacional dos resultados obtidos, transmutando ao cliente transparência na operação, assim como, confiança no produto ofertado.

Tais certificações sustentam e apoiam toda a política e princípios insertos na história do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** desde sua criação dentro do sistema ESG (*Environmental, Social and Governance*), conforme exemplificado abaixo:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Governança ambiental

Perpetuação de boas práticas na compra e manufatura da matéria prima, implantando técnicas de produção sustentável e redução de produção de efluentes;

Social

Busca em proporcionar um ambiente que estimule a criação de relações de trabalho legítimas e saudáveis, além de favorecer o desenvolvimento pessoal e coletivo direto ou indiretamente dos envolvidos, buscando a perpetuação de suas marcas de maneira sustentável;

Coorporativa

Emprego das melhores técnicas preventivas no campo fabril com a finalidade de mitigar riscos na operação e fornecer segurança aos seus colaboradores;

Controle rígido do *compliance* dentro da empresa mantendo-se dentro dos regimentos positivados pela legislação aplicável e das práticas legalmente permitidas.

Tamanha é a importância das certificações que a maioria das empresas multinacionais, especialmente aquelas que trabalham com o *private label*, têm como usual a exigência da manutenção de sua vigência durante o contrato de prestação de serviços, posto que os produtos carregam e refletem suas marcas dentro do mercado de varejo, devendo apresentar qualidade e rastreabilidade de sua produção.

Ressalte-se que o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** atendendo os seguimentos *fashion, magazine/private label* e promocional, tem como seu principal cliente a empresa varejista, sem venda direta ao consumidor, o que a faz depender diretamente da demanda do mercado.

Na estrutura operacional do Grupo há um time de 66 (sessenta e seis) colaboradores, uma unidade fabril com mais de 4 mil m² e maquinários modernos, com capacidade produtiva de 150.000 mil peças por

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

mês, sendo que aproximadamente 60% destas peças são voltadas ao vestuário e 40% para acessórios e itens correlacionados.







Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY





A ESTRUTURA SOCIETÁRIA DAS EMPRESAS REQUERENTES é coordenada pela empresária **DÉBORA SILVA DE OLIVEIRA**, que gerencia as atividades das empresas, seu relacionamento com o mercado, fornecedores, clientes e parceiros, estabelecendo as diretrizes de **INDUSTRIALIZAÇÃO**, **COMERCIALIZAÇÃO** e **LOGÍSTICA**.

O **GRUPO EMPRESARIAL** já chegou a ter faturamento anual bruto superior a **R$ 25 milhões de reais**, com evidente geração de renda, de empregos e de tributos.

São empresas que, muito embora tenham cada qual a sua estrutura formal, se dedicam à mesma atividade econômica e funcionam de forma encadeada e com o objetivo comum, formando, desta forma, um **GRUPO ECONÔMICO DE FATO**, o que resulta na necessidade de consolidação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

substancial para os fins de processamento do presente processo de Recuperação Judicial, como se passará a expor.

02- LITISCONSÓRCIO ATIVO. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL:

O litisconsórcio ocorre pelo compartilhamento, entre duas ou mais pessoas, de um dos polos da ação em virtude da coincidência de direitos, obrigações, ou afinidade de questões. É o que se extrai do art. 113 do Código de Processo Civil:

> *Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*
> *I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;*
> *II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;*
> *III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.*

Trata-se, no caso, de um litisconsórcio unitário, a teor do art. 116 do mesmo Código de Processo Civil:

> *Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.*

Não há óbice quanto à incidência do art. 113 do Código de Processo Civil na formação do litisconsórcio ativo, ante à presença de simbiose entre as atividades comerciais das Requerentes, empresas que formam um mesmo **GRUPO EMPRESARIAL** especificamente voltado à **INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO**, que comungam de todos os requisitos elencados no referido dispositivo legal.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Destaque-se, desde logo, que a Lei 14.112/2020, que alterou e incluiu dispositivos na Lei 11.101/2005, dedicou uma seção inteira à consolidação processual e consolidação substancial de devedores integrantes do mesmo grupo econômico (Seção IV-B).

E, no caso, estamos diante da **CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL**, senão vejamos:

> *Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:*
> *I - existência de garantias cruzadas*
> *II - relação de controle ou de dependência;*
> *III - identidade total ou parcial do quadro societário; e*
> *IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.*
> *Art. 69-K. Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)*
> *§ 1º A consolidação substancial acarretará a extinção imediata de garantias fidejussórias e de créditos detidos por um devedor em face de outro.*
> *§ 2º A consolidação substancial não impactará a garantia real de nenhum credor, exceto mediante aprovação expressa do titular.*
>
> *Art. 69-L. Admitida a consolidação substancial, os devedores apresentarão plano unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores.*
> *§ 1º As regras sobre deliberação e homologação previstas nesta Lei serão aplicadas à assembleia-geral de credores a que se refere o caput deste artigo.*
> *§ 2º A rejeição do plano unitário de que trata o caput deste artigo implicará a convolação da recuperação judicial em falência dos devedores sob consolidação substancial.*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

É absolutamente incontroverso que **AS EMPRESAS DO GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** se movem de maneira conjunta, cada qual em sua função, umas industrializando e as demais comercializando.

Sobre o tema da consolidação substancial, vejamos o que diz a ilustre Dra. Sheila Neder Cerezetti:

> **Em linhas gerais, ela consiste na consolidação – total ou parcial – das dívidas concursais e ativos das sociedades que passam a responder perante todo o conjunto de credores (...) a consolidação tem por fim garantir que a reorganização empresarial se desenrole da forma mais profícua possível, tanto em prol dos credores, que poderão contar com o patrimônio grupal para a satisfação de seus créditos, nos termos do plano, quanto em benefício da própria manutenção da organização empresarial, que potencialmente se favorecerá, caso solução uniforme para a crise grupal seja encontrada.**[1]

Ainda:

> **No caso de consolidação substancial, ativos e passivos de devedores deverão ser tratados como se pertencessem a um único agente econômico e os devedores apresentarão um plano unitário, que será submetido a uma assembleia-geral de credores à qual serão convocados os credores de todos os devedores. A rejeição do plano implica a convolação da recuperação judicial em falência de todos os devedores sob consolidação substancial. Trata-se de um instrumento que visa induzir a proposição de planos consistentes e inibir o uso de fraudes.**[2]

Tendo em vista as circunstâncias do caso concreto, é possível a formação de litisconsórcio ativo no pedido de Recuperação

[1] *In* Grupos de Sociedades e Recuperação Judicial: O Indispensável Encontro entre Direitos Societário, Processual e Concursal - Processo Societário II, coord. De Flávio Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, ed. Quartier Latin, pág. 764/766.
[2] CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Judicial, bem como a apresentação de um único Plano de Recuperação Judicial, eis que há comunhão de obrigações e afinidade de questões de fato e de direito.

Para Nelson Eizrik:

> **O grupo de sociedades constitui uma técnica de concentração empresarial mediante a qual 2 (duas) ou mais sociedades, sendo uma dominante e as demais dominadas, unem-se sob uma mesma direção para alcançar objetivos comuns.[3]**

Fábio Ulhoa Coelho discorre sobre grupo societário:

> **Os grupos de fato se estabelecem entre sociedades coligadas ou entre controladora e controlada. Coligadas são aqueles em que uma tem influência significativa sobre a outra, sem, contudo, controlá-la. Já controladora é aquela que detém o poder de controle de outra companhia.[4]**

No mesmo sentido, é a lição do Professor Marcelo Barbosa Sacramone, expoente no tema Recuperação Judicial:

> **A maior relevância prática, entretanto, consiste nos grupos de fato. Estes são os constituídos sem convenção. Consistem em sociedades com participação recíproca, interligadas por relações de controle ou coligação. Por controle, a sociedade controladora detém, direta ou indiretamente, os direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da controlada. Na coligação, por seu turno, a sociedade investidora tem participação significativa na investida, considerada relevante essa participação se, embora não exerça o controle, exercer o poder de participação nas**

[3] EIZRIK, Nelson. A Lei das S/A Comentada, vol II. São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 217-218.
[4] COELHO, Fábio Ulhoa. Manual do Direito Comercial – Direito da empresa,. 23ª ed. São Paulo. Saraiva. 2011, p. 256.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

decisões de política financeira ou operacional da investida.[5] (grifamos)

A jurisprudência, em respaldo:

98160122 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO ENTRE AS 10 (DEZ) EMPRESAS AUTORAS (GRUPO SAN ROMAN) E, POR ENTENDER PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA LEI, DEFERIU O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NO FORMATO DE CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL. RECURSO DO CREDOR. [...] 3. Litisconsórcio ativo e formato a ser observado para a recuperação. Existência inquestionável de grupo econômico. Fato, inclusive, já reconhecido por este tribunal de justiça em ações envolvendo as autoras. Possibilidade de pedido recuperacional em conjunto. Demonstração de semelhança dos quadros societários e de vínculo econômico entre as empresas. Adoção do formato de consolidação substancial. Cabimento. Desnecessidade de autorização da assembleia geral de credores. - havendo demonstração de que as autoras integram o mesmo grupo econômico. Possível que elas requeiram a recuperação judicial conjuntamente, em litisconsórcio ativo. - considerando que há semelhança entre os quadros societários das requerentes e que há vínculo econômico entre elas, cabível a adoção do formato de consolidação substancial, o qual, nos termos do art. 69-j, da Lei nº 11.101/2005 (introduzido pela Lei nº 14.112/2020), não necessita de prévia autorização da assembleia-geral de credores. - além de evitar tratamento privilegiado a credores da mesma classe, a consolidação

[5] SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários À Lei De Recuperação De Empresas E Falência. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

substancial permitirá que as empresas que ostentam melhor saúde financeira contribuam para a quitação de débitos daquelas com maior dificuldade. *Recurso não provido. (TJPR; Rec 0006981-92.2021.8.16.0000; Curitiba; Décima Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Péricles Bellusci de Batista Pereira; Julg. 14/06/2021; DJPR 14/06/2021)*

78519961 - RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ***Consolidação substancial. Desnecessidade de convocação prévia da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o assunto. Inteligência do art. 69-J, caput, da Lei nº 11.101/05. Medida processual de natureza cogente que visa tornar efetiva a finalidade do processo recuperacional e superar situação fática intransponível de entrelaçamento negocial entre empresas que pertencem ao mesmo grupo empresarial. Recurso improvido. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Consolidação substancial. Preenchimento de todos os requisitos legais previstos no art. 69-J da Lei nº 11.101/05. Formação de grupo econômico de fato. Interdependência das atividades empresárias. Coincidência parcial do quadro societário e administrativo. Presença de garantias cruzadas. Transações comuns entre estas empresas. Controle único do caixa.*** *Robusta prova documental e pericial. Parecer favorável do Administrador Judicial e do Ministério Público. Decisão escorreita. Razões recursais que são insuficientes para alterar a decisão. Recurso improvido. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.* ***Consolidação substancial. Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor. Apresentação de plano unitário, que será submetido a uma Assembleia Geral de Credores para a***

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

qual serão convocados os credores dos devedores de forma global. Inteligência dos arts. 69-K e 69-L, ambos da Lei nº 11.101/05. Impossibilidade de listas, planos e deliberações separadas para cada empresa do mesmo grupo em recuperação. ***Recurso improvido. (TJSP; AI 2272312-58.2020.8.26.0000; Ac. 14642167; Mogi Guaçu; Primeira Câmara Reservada de Direito Empresarial; Rel. Des. J.B. Franco de Godoi; Julg. 19/05/2021; DJESP 28/05/2021; Pág. 2479)***

98148039 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEFERIDA EM CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. Possibilidade. Empresas que integram mesmo grupo econômico, de fato ou de direito. Art. 67-j da Lei nº 11.101/05, com a recente alteração dada pela Lei nº 14.112/2020. Pressupostos atendidos. Entendimento. Recurso conhecido e não provido. (TJPR; AgInstr 0071452-54.2020.8.16.0000; Curitiba; Décima Oitava Câmara Cível; Relª Juíza Subst. Luciane Bortoleto; Julg. 24/05/2021; DJPR 24/05/2021)

No presente caso, conforme já relatado no tópico supra, as Requerentes são empresas de um mesmo **GRUPO EMPRESARIAL** especificamente voltado à **INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, ACESSÓRIOS E PRODUTOS CORRELACIONADOS**, preenchendo de maneira indistinta os requisitos trazidos pelo art. 69-J da Lei 11.101/2005. Vejamos:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

REQUISITOS CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL:

- Existência de garantias cruzadas
- ✓ Relação de controle ou de depedência
- ✓ Identidade total ou parcial do quadro societário
- ✓ Atuação conjunta dos postulantes

2.1 - RELAÇÃO DE CONTROLE OU DE DEPENDÊNCIA:

As Requerentes não só atuam como um **GRUPO** , mas também são interdependentes, inclusive com controle administrativo e financeiro comum, tendo a **D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI** como empresa que coordena o Grupo.

Vale ressaltar que a dependência entre as empresas se dá muito além da união da gestão administrativa e financeira, na medida em que alcança todos os setores da fabricação.

Explica-se.

A operação está em imóvel localizado em área industrial (Doc. Anexo) e é de propriedade da **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI, SENDO A SEDE OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO NEGÓCIO** **de ambas as Requerentes.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

No local encontra-se o único parque fabril de ambas as empresas, do qual alocam-se todos os maquinários utilizados para a produção das confecções comercializadas, sendo que os referidos bens são de propriedade da empresa **D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI.**

Por além disto, todos os veículos empregados na atividade empresarial diária das Requerentes, seja para proceder entregas regionais, seja para transporte de funcionários, seja para compra de matéria prima, encontram-se em propriedade da empresa **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI.**

Enquanto todos os funcionários que compõe a equipe de colaboradores que viabilizam cada etapa da industrialização das peças de vestuário e acessórios vendidas pelas Requerentes estão registrados junto a **D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI.**

Certo é, portanto, que as empresas possuem vínculo de interdependência em toda a sua linha de produção, pois, a atividade operacional industrial que sedia ambas as empresas está num mesmo local, o qual também abriga os maquinários e os veículos utilizados diariamente, sejam de diferentes propriedades, assim como os colaboradores que atendem à mão de obra de ambas empresas.

Preenchido, portanto, o requisito legal constante no art. Art. 69-J, II, da Lei 11.101/05.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

2.2 - IDENTIDADE TOTAL OU PARCIAL DO QUADRO SOCIETÁRIO:

As Requerentes atuam sob a coordenação da sócia comum e administradora **DÉBORA SILVA DE OLIVEIRA**, quem define as estratégias industriais e comerciais das empresas.

Inclusive cabe ressaltar que em grande maioria dos Contratos Bancários ou Contratos de Cessão de Crédito firmados respectivamente com Bancos e Fundos, a sócia administradora é garantidora solidária, seja no papel de avalista da operação, seja como terceira garantidora, seja prestando garantia fiduciária.

Demonstra-se, portanto, que não só as empresas possuem a identidade contratual da mesma sócia nos Contratos Sociais (Doc. Anexo), bem como, demonstrado está o exercício de fato da administração de forma unificada.

Preenchido, portanto, o requisito legal constante no art. Art. 69-J, III, da Lei 11.101/05.

2.3 - ATUAÇÃO CONJUNTA NO MERCADO ENTRE AS POSTULANTES:

As Requerentes atuam de maneira coordenada e interligada, para a produção, logística e comercialização, usufruindo da mesma sede e parque fabril, com o fim de produzir e vender a marca **KLIVAN CONFECÇÕES**.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Como já exposto anteriormente, as Requerentes compartilham tanto a sede do parque fabril, como os maquinários empregados na produção, os veículos utilizados no empreendimento, assim como, a equipe de colaboradores.

Veja-se, portanto, sem prejuízo da comercialização dos produtos de forma segmentada por CNPJ, ou seja, o setor de *fashion, magazine e private label* desenvolvido pela **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI,** e o setor de promocional desenvolvido pela **D'ATRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI,** verifica-se que **TODA** a produção têxtil ocorre de forma conjunta e indistinta no mesmo local.

Em outras palavras, a divisão do produto fabricado ocorre somente quando do faturamento e despacho para o cliente final, na medida em que todo o processo de *design*, modelagem e fabricação é **exercido em comum gestão do parque fabril, da mão de obra e matéria prima**.

Nesse sentido, a mesma máquina que opera a confecção de bonés por exemplo, é usada tanto para a fabricação e venda no *private label*, quanto aqueles direcionados para o promocional.

Certamente que o uso comum dos maquinários por ambas as Requerentes resulta em fortalecimento das marcas individualizadas dentro de cada segmento, já que viabiliza a oferta de uma maior gama de produtos no mercado, bem como, a sua produção de forma ágil e com controle de qualidade, oportunizando às empresas negociar seu produto com maior facilidade.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Conclui-se, portanto, que **AS EMPRESAS QUE COMPÕEM O GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES SÃO** empreendimentos construídos sobre as mesmas bases, que promovem evidente e relevante função social (art. 170, III, da Constituição Federal de 1988), geradora de renda e empregos para centenas de pessoas, contribuindo de forma decisiva para o crescimento local e regional, de modo que a Recuperação Judicial de todas, conjuntamente, vem atender ao princípio e fundamento da Lei 11.101/2005, que é a preservação da empresa, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, o via de consequência resulta manutenção da sua **FUNÇÃO SOCIAL E NO ESTÍMULO À ATIVIDADE ECONÔMICA**.

Isto porque o mecanismo previsto no art. 69-J da Lei 11.101/05 deve ser visto não só como rol taxativo, mas também analisado de forma conjunta com o próprio espírito da lei, já que seu objetivo é justamente aumentar a eficiência da reestruturação de empresas em dificuldades financeiras, reduzindo custos e aumentando a rentabilidade da operação, evidentemente no interesse da superação da crise e no atendimento dos interesses dos credores

Sendo assim, e como a operação das empresas Requerentes possui dependência intrínseca dentro das próprias atividades desenvolvidas diariamente, deferir a Recuperação Judicial a apenas uma delas, importará possivelmente na **liquidação compulsória** da outra empresa, uma vez que se verá impossibilitada do acesso aos elementos essenciais para a sua engrenagem produtiva.

Estando suficientemente comprovada a interligação societária e entre as atividades das empresas, deve ser acolhido o

PROJUDI - Processo: 0004541-20.2023.8.16.0044 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Alan Rogerio Mincache:00487822978
20/04/2023: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Petição Inicial

processamento do pedido em litisconsórcio ativo, com o objetivo de buscar o soerguimento do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**, sendo necessário que a presente Recuperação Judicial seja processada em regime de **CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL**, o que desde já se requer.

03- A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES:

Não obstante a trajetória de crescimento do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** nesses longos anos de história, os últimos anos, muito em grande parte por decorrência da pandemia do *coronavírus* (COVID-19)) foram determinantes **PARA QUE SE INSTALASSE UMA CRISE FINANCEIRA QUE ATINGIU O NEGÓCIO DAS REQUERENTES**, uma vez que os Governos passaram a decretar sucessivas medidas de *lockdown,* **impossibilitando por muito tempo a própria atividade empresarial, dada a necessidade de suspensão das atividades de forma recorrente.**

O *coronavírus* (COVID-19), que passou a se alastrar pelo mundo todo, e no Brasil não foi diferente, determinou no início do mês de março de 2020, a paralisação praticamente total da sociedade, causando enorme abalo com reflexos financeiros negativos para toda a economia.

No Brasil e no mundo, rapidamente foram adotadas medidas de restrição de circulação de bens, pessoas e serviços, com reconhecimento de calamidade pública pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, bem como por outras medidas impostas nos demais Estados da federação.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

No âmbito do Estado do Paraná, foi editado logo no início da pandemia o Decreto nº 4230/2020, em que foram suspensos os eventos abertos ao público, **as atividades comerciais, as atividades empresariais**, dentre outras medidas tidas à época como emergenciais e transitórias.

Ou seja, se determinou o fechamento do comércio de rua, das lojas de conveniência em postos, dos *shoppings centers*, e até mesmo das indústrias.

Também foi editado o Decreto nº 4317/2020, **determinando a suspensão dos serviços e atividades não essenciais ou que não atendessem às necessidades inadiáveis da população**, restando estabelecido, inclusive, quais seriam as atividades essenciais.

Na cidade de Apucarana foram lançadas diversas decisões e recomendações no combate ao *coronavírus* (COVID-19), prevendo, desde logo, medidas restritivas, de prevenção ao contágio e enfrentamento ao *coronavírus* (COVID-19).

E neste período de pandemia do *coronavírus* (COVID-19), os Decretos Municipais e Estaduais se sucederam. As empresas, e principalmente o setor de serviços e comércio, enfrentaram o abre-fecha.

O isolamento social necessário para a chamada tentativa de achatamento da curva de contágio do *coronavírus* (COVID-19) provocou nas indústrias uma reação em cadeia, pois **o consumidor foi impedido (de forma regular) ao direito de locomoção, reduzindo drasticamente o consumo, e atingindo, por via de consequência, diversos elos da cadeia**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

produtiva, o que se refletiu de maneira sensível para o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**.

A atividade das Requerentes, por exemplo, foi imediatamente atingida, já que o setor de produção de vestuário não pode trabalhar em *home office*, pelo que a produção e as vendas **pararam** em determinados momentos de restrição absoluta, sendo que o fechamento indiscriminado de lojas e *shoppings centers,* atingiu frontalmente as atividades do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**.

Isto pois, em que pese as Requerentes não atuarem na venda direta ao consumidor final, estas dependem diretamente deste setor, na medida em que comercializa as peças de vestuário e acessórios para as revendedoras varejistas e, no compasso da redução e ausência das vendas ante o fechamento compulsório de suas lojas físicas, automaticamente houve uma queda brusca na quantidade de pedidos de produtos e, portanto, de faturamento do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**.

Por além disto, em muitas ocasiões as Requerentes se viram impedidas em atender os pedidos de compra, já que os reiterados decretos municipais e estaduais impediam o funcionamento do parque fabril, pois, as atividades desenvolvidas foram consideradas não-essenciais.

Somou-se a isso ainda ao fato de que houve um expressivo aumento nos preços das matérias primas, pautado nas mesmas razões que afetaram as Requerentes, gerando extrema dificuldade em manter a competitividade de mercado sem possibilidade de reduzir o aumento de custo da operação.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Conforme amplamente divulgado na mídia, a pandemia ocasionou a paralisação geral da produtividade, tendo atingido de forma direta o setor têxtil, que sofreu fortes impactos em faturamento e resultados.

Posteriormente, se permitiu a abertura do comércio e da retomada das atividades industriais, mas com horário de funcionamento reduzido e com uma série de restrições, inclusive número máximo da funcionários por metro quadrado e intenso fluxo de jornadas intercaladas.

Naquele ano as perspectivas eram todas desafiadoras, conforme matéria divulgada no portal UOL (21/07/2020):

> **"A pandemia do novo coronavírus vai ter um significativo impacto adverso no comércio mundial no longo prazo, segundo avaliação do principal economista da Oxford Economics, Adam Slater. O crescimento global mais fraco vai atingir o comércio fortemente e a covid-19 poderá agravar algumas das atuais deficiências estruturais, ao reduzir as cadeias de suprimento e impulsionar o protecionismo, prevê Slater. Para a Oxford Economics, tanto o avanço do comércio global quanto a expansão do comércio em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) serão os mais fracos ao longo de uma década desde a Segunda Guerra Mundial."[6]**

No mês de abril de 2020, a Associação Comercial e Industrial de Londrina já alertava para os efeitos negativos da COVID-19 a médio e longo prazo:

> **"A pandemia que assolou o mundo e nossa cidade trará impactos econômicos jamais vistos por esta geração e**

[6] https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/21/oxford-economics-covid-19-tera-forte-impacto-no-comercio-mundial-no-longo-prazo.htm

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

acarretará uma perda no PIB estimada por alguns em 4% enquanto outros propõe que pode superar 8%.
(...)

Uma queda no PIB significa: 1) que teremos menos produtos para consumir; 2) menor produção significa menos necessidade de trabalhadores e mais desemprego. Por qualquer ótica, uma queda no PIB significa que ficaremos em situação pior que antes.

O desemprego...

Claro está que esta pandemia, ao exigir o isolamento social, provocou perda na capacidade de consumo das famílias e das empresas em realizar sua produção. Resta mensurar o tamanho do estrago e em especial seu impacto na taxa de desemprego.

A FGV (Fundação Getúlio Vargas) prevê queda de até 4,4% do PIB brasileiro em 2020. O Banco Mundial 5%, o FMI 5,3%, e o Banco Itaú algo como 6,4%.

Viveremos tempos desafiadores

O cenário é bastante adverso e qualquer medida voltada a socorrer nossas empresas e garantir que empregos sejam mantidos será muito bem-vinda"[7]

A imprensa ainda destacou:

Os impactos do coronavírus em 11 setores - Análise da Ágora Investimentos explica como as empresas passam por este delicado momento econômico
A pandemia causada pela covid-19 vem penalizando os setores da economia em intensidades diferentes. Olhando para os resultados do 1T20 (lembrando que os efeitos da quarentena só foram sentidos na segunda quinzena do mês de março, o que nos leva a crer que os efeitos serão piores no 2T20), e já alguns dados de abril e maio, podemos fazer as seguintes análises:

[7] http://acil.com.br/noticias/covid-19-e-o-impacto-na-economia-de-londrina

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

2) Setores mais afetados pelas regras de isolamento social: aviação, turismo, bares e restaurantes, shoppings e vestuário;.[8]

Os dados foram corroborados pela própria Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná:

> **"Cerca de 65% das empresas instaladas no Paraná registraram queda no faturamento em abril e maio de 2020, no comparativo com o mesmo período do ano passado. A análise, divulgada nesta sexta-feira (3) no boletim conjuntural das secretarias de Fazenda e Planejamento e Projetos Estruturantes, leva em consideração contribuintes do ICMS que emitiram notas fiscais nesse período.**
>
> **A queda nas vendas foi de 68% em abril e 59% em maio, com a retomada mais vigorosa de algumas atividades naquele instante. Nos dois meses, porém, alguns estabelecimentos registraram crescimento nas vendas: 29% em abril e 37% em maio, principalmente os ligados a alguns setores como supermercados, linha branca e móveis.**
>
> **Um dos setores mais afetados pela pandemia foi o de restaurantes, atividade na qual estabelecimentos que faturavam até R$ 30 mil (pequeno porte) por mês ou os que amealhavam até R$ 10 milhões (grande porte) mensalmente registraram perdas superiores a 50% no fluxo financeiro – em alguns casos, o tombo ultrapassou 80%.**
>
> **Setorialmente e na classificação de porte, apenas comércios varejistas com faturamento superior a R$ 10 milhões apontaram aumento nas vendas ou estabilidade entre esse recorte de 2019 e 2020, de 51%. No entanto, 49% desses estabelecimentos apontaram perdas de 10% a 80%."**[9]

[8] *Conteúdo: https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/impactos-coronavirus-nos-setores*

[9] http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1149&tit=Maioria-das-empresas-paranaenses-perdeu-faturamento-na-pandemia

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Desta forma, incontroverso que a pandemia acarretou desestabilização econômica e financeira nas empresas e a indústria das Requerentes foi atingida por isso..

Na época, veiculou-se que o impacto do *coronavírus* na indústria do vestuário foi brutal:

> **O impacto da COVID-19 mundialmente no mercado da moda já é significativo, porém enquanto a pandemia estiver no ápice o impacto vai ser ainda maior nos próximos meses em todas as etapas da cadeia de produtos e serviços. De começo os empresários e donos de lojas, o comércio em geral, foram sentindo a redução de consumidores circulando em lojas principalmente em shoppings e locais de grande aglomeração, até que todos foram fechados por tempo indeterminado para conter a disseminação da doença, ou seja, o impacto foi enorme.**
>
> **Enfim para conseguir sobreviver e passar a crise, tanto os donos de grandes empresas, quanto mais nas MPE, devem refletir e pensar novas estratégias financeiras e econômicas para se recuperar da crise, porém antes de pensar em procurar em novas linhas e meios de acesso a crédito é necessário ter negociações novas com os credos, principalmente no quesito dos custos fixos. O maior custeio do varejo de moda são as despesas com aluguel, principalmente nas MPE, e comprar de insumos, que representa aproximadamente 50% dos gastos podendo ser até mais.**[10]

Desde aquela época as Requerentes implementaram meios diversos redução de custos (como por exemplo a aquisição de novas máquinas que suprem mão de obra), tentando, com toda dificuldade, manter as atividades.

[10] GOLLDENZON, Julia. O impacto do coronavírus no mercado de moda. Disponível em: https://vejario.abril.com.br/blog/julia-golldenzon/impacto-coronavirus- moda/.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Conforme matéria divulgada pela Fundação Getúlio Vargas[11], 98,8% das indústrias de vestuário tiveram que reduzir o total de pessoal ocupado, uma vez que 78,3% dos consumidores afirmaram que comprariam apenas produtos e serviços essenciais.

No acumulado do ano de 2020, comparado com o mesmo período de 2019, o segmento apresentou redução de 31,8% em volume de peças produzidas, enquanto nos últimos doze meses a retração foi de 23,5%.

1. PRODUÇÃO, VAREJO E PREÇOS (%)	NO MÊS	NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
Produção física em volumes (Set./20)	16,0%	–31,8%	–23,5%
Vendas no varejo em volumes (Set./20)	–8,3%	–30,6%	–20,4%
Vendas no varejo em valores (Set./20)	–8,1%	–30,8%	–20,1%
Preços ao consumidor (Set.20) IBGE(1)	0,37%	–2,84%	–1,89%
2. COMÉRCIO EXTERIOR (US$ 1.000)	**JAN.-SET. 19**	**JAN.-SET. 19**	**VARIAÇÃO (2)**
Exportação	105.328	86.232	–18,1%
Importação	1.268.041	952.911	–24,9%
Saldo (Exportação – Importação)	–1.162.713	–866.679	–25,5%

Fontes: IEMI – Painel Setorial Anual / IBGE / Secex
Notas: (1) IPCA – Índice de preços ao consumidor amplo da cesta de produtos de vestuário – Brasil
(2) Variação de janeiro-setembro 2020 contra janeiro-setembro 2019

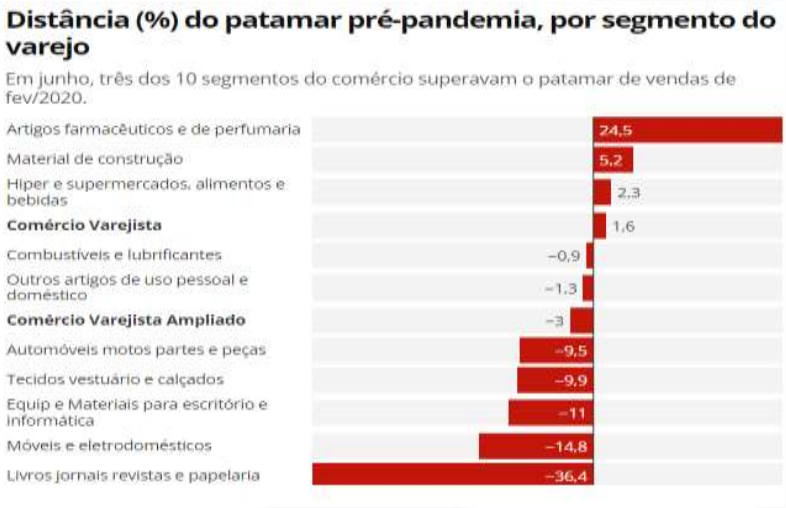
Ademais, os impactos negativos relacionados à liquidez no ponto mais crítico da pandemia foram agravados com a dificuldade na captação de recursos para o capital de giro.

[11] https://blogdoibre.fgv.br/posts/impactos-da-pandemia-de-covid-19-novo-coronavirus-nas-empresas-e-consumidores

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Não fosse só o cenário da pandemia, mas também por conta dela, como já apontado as Requerentes sofreram profundo impacto nos custos com **insumos destinados à sua produção**.

De se apontar, ademais, que não houve recuperação do setor, que perdeu mais de 10% do mercado desde a pandemia:



O declínio do segmento, portanto, se revelou inegável:



Tais fatores provocaram e reverberaram seus efeitos sobre a operação do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**, haja vista que **ATUAM NA VENDA EM ATACADO DIRECIONADA PARA EMPRESAS QUE COMERCIALIZAM EM VAREJO, CUJOS ESTABELECIMENTOS FORAM OS PRIMEIROS A SEREM ATINGIDOS.**

O impacto da pandemia do *coronavírus* (COVID-19) vem demonstrado no resultado operacional do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES,** a alta dos preços de matéria prima e demais fatores, resultaram em aumento significativo do prejuízo no resultado anual da operação:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

PREJUÍZO ACUMULADO DO Grupo Klivan Confecções		
2020	R$ 225.634,97	Média Mensal: R$ 18.802,92
2021	R$ 448.592,03	Média Mensal: R$ 40.716,01
2022	R$ 1.061.359,08	Média Mensal: R$ 88.446,59



Ao contrário do faturamento do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**, a inflação acumulada entre os anos de 2019 e 2021 foi de praticamente 20%, conforme índice IPCA/FGV:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado anual
2022	0,54	1,01	1,62	1,06	0,47	0,67	-0,68	-0,36	-0,29	0,59	-	-	**4,70**
2021	0,25	0,86	0,93	0,31	0,83	0,53	0,96	0,87	1,16	1,25	0,95	0,73	**10,06**
2020	0,21	0,25	0,07	-0,31	-0,38	0,26	0,36	0,24	0,64	0,86	0,89	1,35	**4,52**
2019	0,32	0,43	0,75	0,57	0,13	0,01	0,19	0,11	-0,04	0,10	0,51	1,15	**4,31**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Nesse sentido, os desdobramentos da pandemia ainda estão presentes na realidade das Requerentes que, **não tem conseguido cumprir com suas obrigações e muito menos fazer frente a novos investimentos necessários para melhorar a sua produção, provocando um comprometimento cada vez maior do seu fluxo de caixa com resultados cada vez mais negativos.**

Fato é que, a pandemia atingiu de modo muito sensível o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**, que foi subitamente inserido em **SEVERA (MAS SANÁVEL) CRISE FINANCEIRA**, a qual será oportunamente demonstrada em todo o seu contorno.

Há de se considerar que mesmo após o ápice da pandemia ocorrido no ano de 2020 com o *lockdown*, pelo caminho contrário do esperado o setor jamais recuperou-se completamente.

Como se observa dos índices abaixo apresentados, em que pese o tímido crescimento apontado no ano de 2021 com crescimento de 15,1% da indústria de confecção têxtil[12], este se deu justamente por comparação da brusca queda ocorrida em 2020, já que como recente resultado divulgado pelo ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, o resultado para o ano de 2020 foi uma retração do setor em 7,5%.

Tais índices se comprovam pela própria evolução dos índices de produção física do setor extraída do sítio eletrônico do IBGE:

[12] https://www.abit.org.br/noticias/industria-textil-e-de-confeccao-faturou-r-194-bilhoes-em-2021

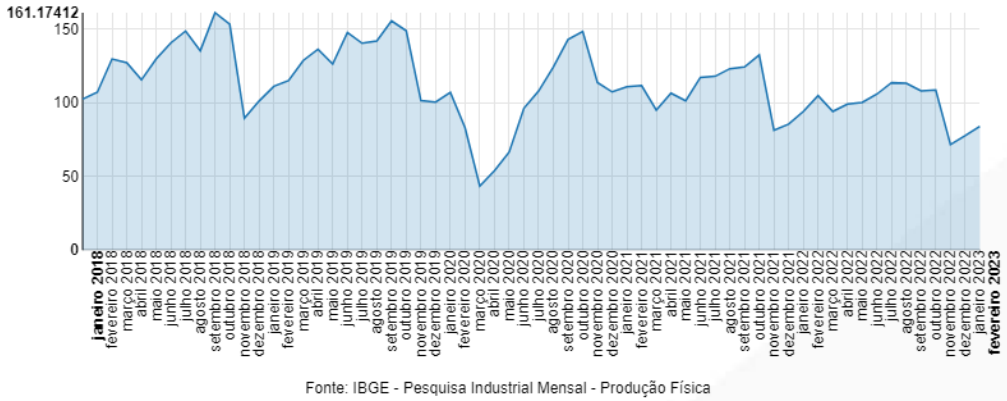


Figura 1 – IBGE Tabela 8885 - Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionados. PIMPF, no setor de confecções de artigos do vestuário e acessórios. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8885#resultado. Acessado em: 19/04/2023

Veja-se que desde o último pico ocorrido mês de outubro de 2018 com número de índice de 161.17412, o setor jamais alcançou os mesmos níveis de produção de confecção têxtil física, apresentando brusca queda no ano de 2020 e manutenção dos níveis de retração nos meses subsequentes.

Ressalta-se que em dezembro de 2022 houve a apuração da maior queda de produção desde a pandemia, alcançando o número índice de 71.71221.

Por além disto, como já exposto, houvera manifesto crescimento do custo da matéria-prima de 21% à 30%, da qual cita-se em especial o algodão, que sofreu aumento de preço de 150% nos últimos 02 (dois) anos, conforme o levantamento realizado pela ABIT:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

"De acordo com o levantamento realizado pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o setor tem sofrido pressões no custo de produção por conta da logística, transporte e aumento dos preços internacionais.

Pelo menos 19% dos fabricantes perceberam uma variação de 21% a 30% nos preços das matérias-primas nos últimos 12 meses. Além da alta do custo para produzir, alguns dos entrevistados afirmaram que há, inclusive, falta de alguns itens importantes para a confecção.

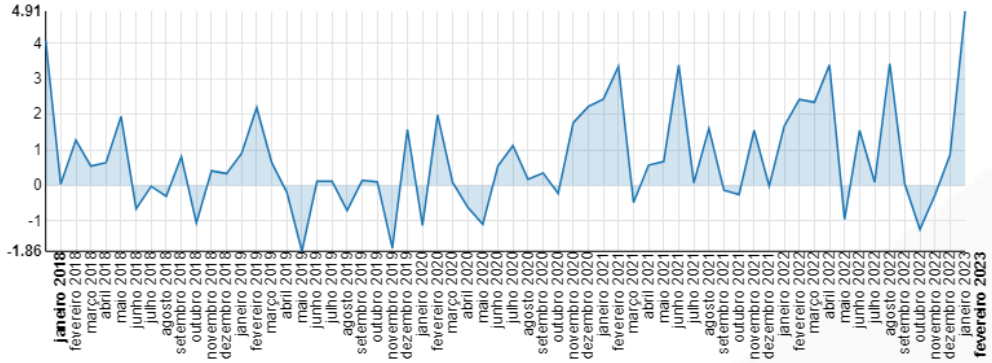
"Registramos um aumento do algodão que estava fora do nosso radar, de 150% nos últimos dois anos. E ainda tem o frete, que subiu sete vezes desde o início da pandemia", afirma presidente da Abit, Fernando Pimentel. De acordo com o levantamento realizado pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o setor tem sofrido pressões no custo de produção por conta da logística, transporte e aumento dos preços internacionais.

Pelo menos 19% dos fabricantes perceberam uma variação de 21% a 30% nos preços das matérias-primas nos últimos 12 meses. Além da alta do custo para produzir, alguns dos entrevistados afirmaram que há, inclusive, falta de alguns itens importantes para a confecção.

'Registramos um aumento do algodão que estava fora do nosso radar, de 150% nos últimos dois anos. E ainda tem o frete, que subiu sete vezes desde o início da pandemia', afirma presidente da Abit, Fernando Pimentel."[13]

O mesmo se verifica pelos índices apontados pelo próprio IBGE:

[13] https://www.cnnbrasil.com.br/economia/setor-textil-relata-dificuldades-para-obter-materia-prima-para-producao/



Fonte: IBGE - Índice de Preços ao Produtor

Figura 2 – Índice de Preços ao Produtor (IPP), por tipo de índice, indústria geral, indústrias extrativas e indústrias de transformação e atividades (dezembro de 2018 = 100), Variação mês/mês imediatamente anterior. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6903#resultado. Acessado em: 19/04/2023.:

Note-se, Excelência, que os preços de matéria-prima têxtil para o ano de 2023 são os maiores já registrados há quase 05 anos!

Assim para equalizar a baixa demanda do setor, houve o aumento do preço de venda do produto final, apontando-se pela variação do IPCA para 07/2022 de aumento de 1,97%, contudo, as Requerentes não foram aproveitadas, já que por atuarem no seguimento de magazine não possuem meios de arrecadar no varejo.

Além disto não é possível repassar todo o custo ao mercado, porque se este não girar a queda no segmento será ainda maior! Logo, parte do prejuízo é suportado pela própria indústria e pelo comerciante varejista.

Diante desses fatos, o setor vive uma verdadeira crise econômica, o que se reflete em vários ângulos diretos e indiretos, **a exemplo do recentíssimo caso das Lojas Americanas.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Como esperado nem mesmo as grandes multinacionais deixaram de ser afetadas pela crise varejista ocasionada pela pandemia e seus reflexos, especificamente no **caso Americanas**, gerou-se um rombo de mais de 20 bilhões de reais, resultado no necessário apelo ao Judiciário para recuperar sua saúde financeira.

Obviamente que o caso da Lojas Americanas não é diretamente aplicável *in casu*, já que certa parte do dano aos caixas ocorreu por má gestão administrativa, falha na contabilidade, alterações na bolsa internacional de valores, dentre outros fatores.

Contudo é evidente que a crise varejista vem apresentando cada dia mais seus reflexos no mercado, a exemplo das Lojas Renner que anunciaram queda de 90% de vendas ainda no primeiro trimestre de 2021, **além dos projetos de restruturação econômica recentemente anunciados pelas grandes redes varejistas como Marisa e Tok&Stok[14].**

Cabe ainda rememorar-se o recente pedido de falência requerido pela Livraria Cultura, a maior e mais tradicional rede de comércio varejista de livros, papelaria e afins, que infelizmente ante a crise do setor fez requerimento aos 09/02/2023 de pedido de falência acumulando dívidas acima de 285 milhões de reais[15].

Inclusive vale ressaltar que as Lojas Renner é um dos maiores clientes das Requerentes, sendo a queda de vendas importando

[14] https://www.cnnbrasil.com.br/economia/risco-de-crise-no-varejo-aumenta-e-governo-decide-agir/
[15] https://www.cnnbrasil.com.br/economia/justica-decreta-a-falencia-da-livraria-cultura-dividas-somam-r-285-milhoes/

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

diretamente nos caixas, já que se diminuiu drasticamente a demanda de pedidos.

Sobre este ponto cabe reiterar que as Requerentes produzem sob demanda e não possuem linhas de produtos próprias para varejo. Neste aspecto desde sua criação até o ano de 2020 sempre houve uma projeção de produção, já que o trabalho da venda é técnico e adiantado.

Logo, em caminhos normais de mercado, já no primeiro trimestre do ano, as Requerentes tinham todas as vendas do ano fechadas e o organograma de produção e entrega.

Ocorre que desde a brusca queda setorial ocorrida pela pandemia a cada ano está sendo mais difícil fechar as vendas com a carteira de clientes, resultante da grande insegurança vivenciada, sendo que nos últimos meses tornou-se praticamente impossível o planejamento de vendas.

Atualmente a empresa está atuando literalmente para pagar as contas, com produções feitas no próprio mês, o que resulta em aumento no custo da operação, já que o desenvolvimento da coleção, busca de matéria prima para atender o pedido (dificultando a negociação de preço) e demandando equipe em tempo recorde.

Tal fator agravou-se ainda mais nos últimos três meses em que um dos maiores clientes da carteira optou por postergar e/ou cancelar integralmente os pedidos que estavam em produção e prontos para entrega!

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Há ainda que equacionar aos fatores da crise varejista **o crescimento desde o início da pandemia do comércio eletrônico internacional, em grande maioria de lojas situadas na china, a exemplo das varejistas Shein, AliExpress e a Shopee,**[16] **que ainda nos últimos dias acabaram mantendo-se beneficiadas pela política fiscal do atual Governo, de insenção tributária para suas importações, fato que dificulta ainda mais a concorrência dos produtos industrializados internamente.**

Veja-se que o limite de isenção da tributação de exportação de mercadorias internacionais atualmente vigente no Brasil é no importe de U$ 50,00 e afeta diretamente as grandes varejistas, já que afere concorrência desleal de mercado.

Isto porque tais lojas oferecem produtos de baixo custo resultado de mão de obra duvidosa e materiais de qualidade questionável, produzidas em massa e sem agregar a precificação do custo das lojas físicas, chegando até ao consumidor sem qualquer incidência de tributo.

Diante disto recentemente o Governo anunciou projeto de lei para extinguir a isenção tributária para produtos importados, contudo, ainda se está longe de ver tal medida efetivada, tanto que como dito, nos últimos dias em visita à China, o Governo atual recuou em taxar tais exportadores internacionais.

Todo o acima reflete diretamente na operação das Requerentes, já que a baixa na demanda e o aumento do preço da matéria

[16] https://capitalist.com.br/renner-x-shein-disputa-no-mercado-da-moda-questiona-tributacao/

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

prima resultam numa maior busca de crédito no mercado para tentar manter o empreendimento ativo até o reequilíbrio do setor.

Além disso, os custos financeiros perante as instituições de crédito e fornecedores foram drasticamente aumentados, obrigando-se as Requerentes a utilizarem de seus limites de crédito bancário, a buscarem recursos financeiros a taxas muito elevadas, com juros maiores e prazo de amortização muito menor, o que, sem sombra de dúvida, tem a cada dia estrangulado praticamente todo o seu planejamento financeiro, bem como, a continuidade da atividade com resultados operacionais positivos.

Por isto, lançar mão do pedido de Recuperação Judicial, mais do que valer-se de um benefício legal, se transformou numa necessidade *sine qua non* a fim de propiciar o soerguimento da atividade empresarial, livrando o GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES, seus credores, funcionários, fornecedores, e a coletividade em geral, de um mal maior e certamente capaz de provocar uma avassaladora crise econômica de efeitos regionais.

Nesta linha de entendimento, a situação pela qual passa o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** é a de que, apesar de demandadas pelo seu mercado de atendimento e consumo, **o custo dos insumos utilizados na sua produção se tornou consideravelmente elevado, a ponto de mesmo com a produção em marcha e com as vendas acontecendo, o resultado financeiro restar negativo**, justamente pela não absorção pelo mercado consumidor, de qualquer aumento real que conseguisse fazer frente à nova realidade industrial.

Ou seja, **apesar do esforço do GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES em se manter firme e produzindo, sem rupturas no fornecimento de seus clientes, o seu caixa passou a experimentar sucessivamente, prejuízos**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

financeiros que ao longo dos últimos anos foram se avolumando, **gerando a necessidade cada vez mais premente de que se buscasse crédito de capital de giro em FIDIC's a taxas igualmente elevadas, o que acabou por produzir um importante endividamento que precisará ser reestruturado**.

A Lei 11.101/2005 tem como princípios basilares a **preservação da empresa**, a **proteção aos trabalhadores**, e, principalmente, os **interesses dos credores**, que poderão receber seus créditos de forma planejada e organizada, mitigando o risco de quebra e depreciação do patrimônio.

Segundo Mario Ghindini:

> **A empresa é um organismo produtivo de fundamental importância social; essa deve ser salvaguardada e defendida, enquanto: constitui o único instrumento de produção de (efetiva) riqueza; constitui o instrumento fundamental de ocupação e de distribuição de riqueza; constitui um centro de propulsão do progresso, também cultural, da sociedade.**[17]

No mesmo sentido, Manoel Justino Bezerra Filho:

> **A Lei, não por acaso, estabelece uma ordem de prioridades na finalidade que diz perseguir, ou seja, colocando como primeiro objetivo a 'manutenção da fonte produtora', ou seja, a manutenção da atividade empresarial em sua plenitude tanto quanto possível, com o que haverá possibilidade de manter também o 'emprego dos trabalhadores'. Mantida a atividade empresarial e o trabalho dos empregados, será possível então satisfazer os 'interesses dos credores'.**[18]

[17] apud Perin Jr, Ecio. Preservação da Empresa na lei de Falências. Saraiva, 2009, p. 34.
[18] Bezerra Filho, Manuel J. Lei de Recuperação de Empresas e Falência Comentada. 6ª Ed. RT. P. 123.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Em atenção a estes princípios, Fábio Ulhoa Coelho afirma que a recuperação judicial não pode significar a substituição da iniciativa privada pelo juiz na busca de soluções para a crise da empresa, mas sim, objetivar e garantir o regular funcionamento das estruturas do livre mercado, concluindo que ***"o papel do Estado-juiz deve ser apenas o de afastar os obstáculos ao regular funcionamento do mercado"***[19]**.**

O pedido de Recuperação Judicial é o único meio viável a fim de vislumbrar real possibilidade de recomposição da dívida do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES**, de forma que se mantenham os empregos, que os credores sejam pagos de forma planejada, e que se dê continuidade à cadeia produtiva, gerando arrecadação de impostos, empregos diretos e indiretos, e fomento da economia, em um círculo virtuoso que ao final se traduz em crescimento econômico para o Estado do Paraná, e o país.

Desse modo, o pedido de Recuperação Judicial do **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** se mostra **O ÚNICO E MAIS EFICAZ MEIO DE REESTRUTURAR AS DÍVIDAS E AS PRÓPRIAS RELAÇÕES COM OS CREDORES, E PERMITIRÁ O PROSSEGUIMENTO DA HISTÓRIA DAS REQUERENTES E A CONTINUIDADE DA NECESSÁRIA ATIVIDADE ECONÔMICA**.

Por isso, e desde já, protesta pelo deferimento do processamento desta Recuperação Judicial, consoante o disposto no art. 52, *caput,* da Lei 11.101/2005.

04- DOS REQUISITOS PARA O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 51 E INCISOS. PREENCHIMENTO:

[19] Ulhoa Coelho, Fábio. Comentários à Lei de Falências e Recuperação de Empresas. 7ª Ed. Saraiva. p.132.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Como se mencionou anteriormente, a Recuperação Judicial de empresas visa, primordialmente, a manutenção da fonte produtora e, consequentemente, os empregos diretos e indiretos gerados pela empresa em crise financeira.

É o que se extrai do art. 47 da Lei 11.101/2005:

> *Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.*

Da mesma forma, o Enunciado nº 1 do caderno "Jurisprudência Em Teses" (Edição nº 35) do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

> **1) A recuperação judicial é norteada pelos princípios da preservação da empresa, da função social e do estímulo à atividade econômica, a teor do art. 47 da Lei n. 11.101/2005.**
>
> Julgados: AgRg no CC 129079/SP , Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2015, DJe 19/03/2015; AgRg no REsp 1462032/PR , Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2015, DJe 12/02/2015; REsp 1173735/RN , Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 09/05/2014; CC 111645/SP , Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/09/2010, DJe 08/10/2010; CC 108457/SP , Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/02/2010, DJe 23/02/2010; REsp 844279/SC , Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 19/02/2009; CC 079170/SP , Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 19/09/2008; CC 129626/MT (decisão monocrática), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 15/08/2013, publicado em 19/08/2013; CC 115081/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 06/02/2012, publicado em 02/03/2012;

Waldo Fazzio Junior destaca:

> **Insolvente ou não, a empresa é uma unidade econômica que interage no mercado, compondo uma labiríntica teia de relações jurídicas com extraordinária repercussão social. É uma unidade de distribuição de bens e/ou**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

serviços. É um ponto de alocação de trabalho, oferecendo empregos. É um elo na imensa corrente do mercado que, por isso, não pode desaparecer, simplesmente, sem causar sequelas.[20] **(grifamos)**

O caso das Requerentes se enquadra perfeitamente no escopo da Lei 11.101/2005 pois, como já visto, se trata de empresas com excelente atuação no mercado (fontes geradoras de atividade econômica), e raízes sólidas em Apucarana – PR, ali estando estabelecida há mais de 15 (quinze) anos na forma de **GRUPO EMPRESARIAL**, empregando atualmente 66 (sessenta e seis) trabalhadores diretos.

Some-se a isso a relevância social de suas existências ao longo de todos os anos, com a geração de empregos diretos, indiretos, impostos, e circulação da renda.

Por estas razões, o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** desde já destaca a essencialidade no deferimento do processamento desta Recuperação Judicial, na medida em que, de acordo com o art. 52 da Lei 11.101/2005, basta, para tanto, a instrução do pedido com os documentos elencados no art. 51 da mesma Lei:

> *Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial [...];*

O **GRUPO** informa que preenche todos os requisitos legais, juntando documentos obrigatórios constantes do art. 51, a saber:

> *Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:*

[20] FAZZIO JUNIOR, Waldo. Nova lei de falências e recuperação de empresas. São Paulo: Atlas, 2005. p. 35/36.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

[...]
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:
a) balanço patrimonial;
b) demonstração de resultados acumulados;
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito;
III – a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;
IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;
X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e
XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.

As Requerentes declararam ainda que: exercem suas atividades há mais do que 2 (dois) anos; não faliram ou obtiveram concessão de Recuperação Judicial; a sócia não cometeu quaisquer crimes falimentares, tudo de acordo com as certidões que acompanham o pedido inicial.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Considerando que cabe, inicialmente, somente a verificação da documentação juntada com a petição inicial, é de se requerer o pronto deferimento do processamento desta Recuperação Judicial, sujeitando todos os créditos anteriores ao pedido, nos termos da Lei 11.101/2005.

05- Dos Efeitos do Deferimento do Processamento do Pedido de Recuperação Judicial:

O presente pedido de Recuperação Judicial vem atender aos anseios da sociedade empresária que atravessa momento de crise econômico-financeira, e busca meios para seu soerguimento.

Importa salientar, desde já, que todos os débitos existentes (vencidos e vincendos) até a presente data serão atingidos pela Recuperação Judicial, conforme dispõe o art. 49 da Lei 11.101/2005:

> *Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*

Por sua vez, o deferimento do processamento da Recuperação Judicial traz efeitos jurídicos imediatos, os quais requer sejam elencados quando da r. Decisão inicial.

Vejamos:

05.1 - Impossibilidade de Restrição de Serviços Essenciais à Atividade Empresarial por Conta de Débitos Anteriores ao Pedido:

O art. 49 da Lei 11.101/2005 dispõe que "*Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

que não vencidos", pelo que se conclui que **as dívidas das Requerentes existentes na presente data são atingidas pela Recuperação Judicial**.

Por este exato motivo, **requer em caráter excepcional que seja deferida a não interrupção dos serviços essenciais prestados à Requerente, por credores que detenham créditos sujeitos à Recuperação Judicial**.

Neste sentido, por exemplo, Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sumulou:

> **SÚMULA 57: A falta de pagamento de contas de luz, água e gás anteriores o pedido de recuperação judicial não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento.**

Assim, requer seja deferida liminar em face da **COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A**, declarando a sujeição dos débitos das Requerentes sujeitos à presente Recuperação Judicial, bem como a impossibilidade de corte de energia elétrica referente a débitos existentes com fato gerador anteriores à presente data.

Por cautela, requer a extensão de tal decisão aos serviços de fornecimento de água, telefone, internet, dentre outros essenciais à atividade, constando a impossibilidade interrupção da prestação de serviços por tarifas ou contas vencidas ou vincendas até a data deste requerimento de Recuperação Judicial.

05.2 - NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR JUDICIAL:

Nos termos do art. 52, I, c.c. art. 21 da Lei 11.101/2005, é imperiosa a nomeação de Administrador Judicial para condução do processo

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

de Recuperação Judicial, **fixando remuneração não superior ao montante de 1% do valor da dívida concursal, a ser satisfeito em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas.**

05.3 - SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. *AUTOMATIC STAY:*

Requer ainda, a suspensão das ações e execuções contra a Requerente, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, conforme art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005, **valendo a r. Decisão como ofício a ser apresentado nos Juízos em que venham a tramitar tais expedientes judiciais**.

> *Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:*
> *I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei;*
> *II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;*
> *III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência;*
> *§ 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.*
> *§ 2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.*
> *§ 3º O juiz competente para as ações referidas nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria.*
> *§ 4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação,*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.
§ 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

Requer, desta forma, a determinação de suspensão de todas as ações e execuções, bem como a **proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor e qualquer despejo**, nos termos da Lei.

Requer conste da r. Decisão de processamento da Recuperação Judicial o caráter de ofício, a ser apresentado em qualquer Juízo ou instância, a fim de evitar bloqueios indesejados no patrimônio.

05.4 - MANUTENÇÃO NA POSSE DE BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL, INCLUSIVE AQUELES GRAVADOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, ARRENDAMENTO MERCANTIL, OU RESERVA DE DOMÍNIO:

Requer conste da r. Decisão a manutenção na posse, pela Requerente, dos bens de capital, ainda que gravados com alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou reserva de domínio, pelo prazo do Automatic Stay, tendo em vista a necessidade imperiosa dos mesmos para que seja desenvolvida a atividade-fim das Requerentes, possibilitando o soerguimento através da Recuperação Judicial.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

O Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou tal entendimento através do Enunciado nº 7 do caderno "Jurisprudência Em Teses" (Edição nº 37), a saber:

> 7) Os bens de capital essenciais à atividade da empresa em recuperação devem permanecer em sua posse, enquanto durar o período de suspensão das ações e execuções contra a devedora, aplicando-se a ressalva final do §3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005.
>
> Julgados: AgRg no AREsp 511601/MG , Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 22/09/2014; AgRg no CC 127629/MT , Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/04/2014, DJe 25/04/2014; CC 139190/PE (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 19/03/2015, publicado em 20/03/2015; CC 137003/PA (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/02/2015, publicado em 04/03/2015; AREsp 617650/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2015, publicado em 13/02/2015; AREsp 487535/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2014, publicado em 02/12/2014; AREsp 396777/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2014, publicado em 25/06/2014; REsp 1181533/MT (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/10/2013, publicado em 12/11/2013;

A jurisprudência mais moderna sustenta que o D. Juízo da Recuperação Judicial possui atribuição exclusiva para apreciar e decidir quais os atos de constrição que poderão interferir na preservação da atividade empresarial, já que quem possui informações acerca de todas as atividades das empresas em Recuperação (e condições de determinar eventual verificação sobre a essencialidade in loco é o d. Juízo da Recuperação Judicial).

Vejamos:

> ***87242427 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA). RÉ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE TORNOU SEM EFEITO LIMINAR. ADMISSIBILIDADE. Decisão agravada suspendeu o curso da ação na vigência do prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05, demais disso não tendo sido demonstrada a***

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

não <u>essencialidade do bem para atividade da ré, cuja análise, frise-se, compete ao juízo da recuperação judicial</u>. Inteligência do artigo 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05. Observe-se que, caso não se renove o "stay period", nada obstará à agravante postule em primeiro grau o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Agravo desprovido, com observação. (TJSP; AI 2101406-74.2016.8.26.0000; Ac. 10065119; Lins; Trigésima Quarta Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Antonio Tadeu Ottoni; Julg. 14/12/2016; DJESP 02/02/2017)

Conforme a tese firmada no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

> 9) A competência para promover os atos de execução do patrimônio da empresa recuperanda é do juízo em que se processa a recuperação judicial, evitando-se, assim, que medidas expropriatórias prejudiquem o cumprimento do plano de soerguimento.
>
> Julgados: AgRg no CC 133509/DF , Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/03/2015, DJe 06/04/2015; AgRg no CC 129079/SP , Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2015, DJe 19/03/2015; AgRg no CC 125205/SP , Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/02/2015, DJe 03/03/2015; AgRg no CC 136978/GO , Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 17/12/2014; AgRg no CC 124052/SP , Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2014, DJe 18/11/2014; AgRg no CC 130433/SP , Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 14/03/2014; EDcl no AgRg no AgRg no CC 118424/SP , Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 14/03/2014; CC 118819/MG , Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/09/2012, DJe 28/09/2012; CC 116696/DF , Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, DJe 31/08/2011; AgRg no CC 105215/MT , Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 24/06/2010;

Toda e qualquer discussão acerca da essencialidade de bens (ainda que não sujeitos à Recuperação Judicial, art. 49, § 3º) deve ser travada no bojo da demanda de Recuperação Judicial, de modo a evitar atos que possam comprometer a continuidade da atividade empresarial.

Requer seja consignada a atribuição exclusiva deste d. Juízo da Recuperação Judicial para fins de avaliação de todo e qualquer ato que importe em constrição de patrimônio da empresa em Recuperação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Judicial, inclusive em relação ao Juízo da Execução Fiscal, seja Municipal, Estadual e ou Federal.

05.5 - DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE:

O próprio art. 52, II, da Lei 11.101/2005 aponta que se "*determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades*".

No mesmo sentido é o disposto no art. 57 da Lei 11.101/05[21], em que determina que a certidão de regularidade fiscal só é exigível terminantemente quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Cita-se, inclusive, recentíssima decisão proferida pela Desembargadora Lusmary Fatima Turelly da Silva sobre o tema:

> ***AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. ART. 57 DA LEI 11.101/05. POSSIBILIDADE DE DISPENSA. [...] 3. Com efeito, a dispensa da apresentação de certidões negativas de débitos tributários não implica anistia das dívidas contraídas juntamente à fazenda pública, uma vez que tais débitos podem ser livremente executados pela fazenda pública.4. Assim, imperiosa a manutenção da respeitável decisão de Primeiro Grau, a qual afastou a necessidade de apresentação de certidões negativas***

[21] Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

de débitos tributários para fins de concessão da recuperação judicial.AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJ-RS - AI: 51294641620228217000 NÃO-ME-TOQUE, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 26/10/2022, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 27/10/2022)

Inclusive como se passará a expor, a exigência das certidões negativas fiscais deve ser mitigada para manter o próprio funcionamento das Requerentes, a vigência das certificações de qualificada ABVTEX e Disney FAMA é diretamente ligada a inexistência de débitos tributários.

Ocorre que a revogação de tais certificações não é uma opção às Requerentes já que é exigência de toda a sua carteira de clientes a sua vigência para manutenção dos contratos de compra e venda.

Obviamente que neste momento delicado financeiramente a exigência das certidões negativas iria impor obrigação demasiadamente onerosa aos caixas da empresa a ponto de inviabilizar a manutenção da operação.

Requer-se portanto, neste momento, a dispensa de referidas Certidões Negativas de Débitos.

05.6 - DA PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE AVISO AOS CREDORES (ART. 52, § 1º DA LEI 11.101/2005):

Requer, desde já, a publicação do Edital a que se refere o art. 52, § 1°, da Lei 11.101/2005 no Diário da Justiça Eletrônico, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, os credores apresentem suas habilitações ou divergências com relação aos créditos listados, conforme art. 7º, § 1º da Lei

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

11.101/2005. Tais comunicações, na fase administrativa, deverão ocorrer de forma exclusiva ao d. Administrador Judicial a ser nomeado, evitando-se assim o tumulto processual.

05.7 - DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ART. 53, *CAPUT*, DA LEI 11.101/2005):

Requer o deferimento do prazo de 60 (sessenta) dias úteis para que as Requerentes apresentem seu Plano de Recuperação Judicial, a que se seguirá a publicação de Edital fixando prazo para eventuais objeções.

05.8 - DA APRESENTAÇÃO DE CONTAS DEMONSTRATIVAS MENSAIS E RELATÓRIOS MENSAIS DE ATIVIDADES ATRAVÉS DE INCIDENTES:

É sabido que o art. 52, IV, da Lei 11.101/2005 determina a "*apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial*", enquanto o art. 22, II, *c*, da mesma Lei determina a apresentação de Relatório Mensal das Atividades do devedor.

Contudo, e a fim de evitar tumulto processual, requer sejam formados, pela Serventia, incidentes processuais específicos para tal finalidade, cadastrando-se a Requerente e o d. Administrador a ser nomeado.

Da mesma forma, requer que eventuais incidentes de apresentação de balancetes mensais, pedidos de habilitação, dentre outros, sejam igualmente tomados em apartado.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

05.9 - DA COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO, FAZENDAS PÚBLICAS E JUNTA COMERCIAL:

Sem prejuízo de todo o exposto, requer a expedição de ofícios para intimação do Ministério Público, bem como comunicação às Fazendas Públicas dos Estados e Municípios em que a Requerente possui estabelecimentos, a teor do art. 52, I, da Lei 11.101/2005.

Requer a intimação das Juntas Comerciais a fim de que se anote no registro da empresa o processamento da Recuperação Judicial.

06- DA TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC PREENCHIDOS. NECESSÁRIA CONCESSÃO.

O artigo 300 do Código de Processo Civil disciplina as hipóteses em que a tutela liminar pode ser concedida, em que há a possibilidade de antecipação dos efeitos da proteção jurisdicional, sem prejuízo com ao resultado processual. Vejamos:

> *Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.*

Neste sentido, Sérgio Seiji Shimura disciplina:

> **A simples aparência de um direito (*fumus boni iuris*) obriga a ordem jurídica a prestar-lhe essa espécie de tutela especial, como uma forma adequada de proteção. A sentença de procedência na ação cautelar reconhece a existência de uma pretensão à segurança, decorrente da simples aparência do direito. Apenas não a declara existente, bastando-lhe a mera probabilidade de sua efetiva existência.**[22]

[22] SHIMURA, Sérgio Seiji. Arresto Cautelar. 2. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 1997. p. 31.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

As tutelas de urgência têm seus fundamentos lastreados no perigo de dano iminente, ***periculum in mora***, que significa o fundado receio de que a demora do processo gere um dano grave de difícil ou impossível reparação.

Como se passará a expor, ambas as tutelas perqueridas influenciam diretamente na viabilidade tanto da continuidade das atividades empresariais das Requerentes, como na própria viabilidade de adimplemento do universo de credores, sendo que a sua não concessão neste momento resultará em danos irreparáveis aos caixas da empresa.

Em primeiro pois este será atacado diametralmente por todos os Fundos de Investimentos ante os títulos cedidos, bem como, resultará na perda por completo da carteira de clientes das Requerentes.

Desta feita, dita o art. 6º, §12º da Lei 11.101/05[23] que cabe ao Juízo antecipar os efeitos do deferimento do processamento da Recuperação Judicial quando preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC, o que se passará a expor.

[23] Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:
(...)
§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

06.1- DOS CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS. NECESSÁRIA SUSPENSÃO DE ATOS DE CONSTRIÇÃO PELOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM FACE DE TERCEIROS. SUSPENSÃO DE CONTRATOS DE COMPRADORES QUE AMEAÇA A PRÓPRIA EXISTÊNCIA DAS EMPRESAS REQUERENTES.

Inicialmente cumpre rememorar que as razões da crise das Requerentes **são desdobramentos da pandemia,** que mantiveram afetados e sem crescimento os segmentos varejistas, nos quais, os clientes das Requerentes atuam, sendo que, no último trimestre do ano de 2022, seus principais clientes, também impactados pela inexistência de crescimento econômico do País, ausência de consumo, suspenderam entregas de produtos já produzidos, prorrogando essas entregas cancelaram pedidos, cujos produtos foram produzidos com recursos financeiros obtidos junto aos fundos de investimentos em direitos creditórios (antecipação de recebíveis).

Nesse sentido, sem entrega de mercadorias vendidas e produzidas, não houve pagamento dos títulos pelos clientes (ou houveram apenas parte desses pagamentos), sendo que, sem recebimento desses recursos financeiros, as antecipações de recebíveis pelos fundos foram impactadas. Tudo evidentemente sem nenhuma culpa das Requerentes, as quais, aceitaram as prorrogações, cancelamentos de pedidos dos clientes, visando a, sobretudo, manter os contratos vigentes, dada a dependência de faturamento junto a eles e a promessa de futura retomada dessas entregas e de novos pedidos.

Assim, os recursos financeiros disponíveis (alguns pagamentos recebidos de clientes, mas, cujos títulos estavam cedidos aos

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

fundos), foram utilizados para a manutenção das atividades das empresas, tais como, pagamento de salários, 13º, férias, energia elétrica.

Ou seja, com o impacto de não entregar e receber os valores das mercadorias, os recursos financeiros disponíveis foram endereçados para a garantia da fonte produtora, o que gerou a inadimplência junto aos fundos.

Importante ressaltar, contudo, que os fundos conheciam previamente a situação da empresa e tiveram ciência desse acontecimento inesperado, imediatamente quando ocorrido.

Porém, mesmo com esse conhecimento prévio bem assim da própria condição de dificuldade financeira que o **GRUPO KLIVAN CONFECÇÕES** está enfrentando, alguns Fundos para pressionar o recebimento de antecipações de recebíveis passaram a notificar os clientes das Requerentes visando ao recebimento dos títulos (notificação em anexo).

Ocorre que, essas cobranças indevidas junto aos clientes, cujas mercadorias não foram entregues ou se tratam de recebimentos que foram pagos diretamente para as Requerentes (títulos comissárias), vem afetando sobremaneira suas atividades, pois, os clientes estão alertando as Requerentes de possível rompimento de contratos, pedidos, entregas futuras e mesmo a manutenção da relação comercial com as Requerentes.

Se isso ocorrer, as Requerentes não terão nenhuma condição de recuperação, e credores, funcionários serão altamente afetados!

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Assim, a medida cautelar é no sentido de que, seja determinado aos fundos que se abstenham de notificar, apontar para protesto, cobrar ou adotar qualquer medida judicial em face dos clientes das Requerentes, pois, os valores a eles devidos são créditos a serem pagos pelas próprias Requerentes (e já constam e estão listados no pedido de Recuperação Judicial, conforme lista de credores anexada, e suas posturas podem significar definitivamente a paralisação das atividades das Requerentes.

Ora, Excelência, os títulos: a) prorrogados (em razão da prorrogação da entrega das mercadorias); b) títulos de natureza comissária, pagos diretamente para as Requerentes são dívidas das próprias Requerentes juntos aos fundos, as quais, estão sendo listadas neste processo de Recuperação Judicial, não sendo possível ou crível que os clientes sejam afetados por essas cobranças, pois, nada devem aos fundos!

Por outro lado, **as cobranças dirigidas aos clientes**, como por exemplo, a notificação extrajudicial em anexo, são e podem gerar irreparável dano às empresas, que buscam através da Recuperação Judicial, a superação da crise financeira.

Ainda, sobre os títulos de natureza comissária (aqueles em que os clientes sacados não pagam a terceiros), os fundos tem prévio conhecimento dessa prática, e, mesmo assim antecipam os recebíveis, tal qual a relação anexa, sendo que, nesses casos, também sabem que os clientes não lhes devem nada, pois, (os clientes sacados) pagam os títulos diretamente para o sacador (nesse caso as próprias Requerentes) do título, e, esse repassa o valor para o fundo.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Isso ocorreu com as Requerentes, as quais, premidas pelas próprias dificuldades financeiras, destinaram o recebimento desses valores para o pagamento de obrigações essenciais para a manutenção das suas atividades. Contudo, as Requerentes reconhecem a dívida, realizando a listagem dessa dívida no processo de Recuperação Judicial.

Sendo assim, os Fundos tendo pleno e prévio conhecimento da prática das "operações comissárias" quando da assinatura do Contrato de Cessões de Crédito, mas, para pressionar pagamento pelas Requerentes, estão notificando indevidamente seus clientes (conforme documento anexo), e, esse fato grave, pode gerar a impossibilidade da superação de crise das Requerentes, com desdobramentos sociais e financeiros catastróficos.

Um dos principais clientes das Requerentes, o Grupo SBF S/A opera com títulos de natureza comissária, portanto, não paga seus títulos para terceiros, e os fundos, mesmo com esse conhecimento prévio notificaram esse cliente essencial.

Essa notificação, apontamentos para protesto ou medidas judiciais contra os clientes, lastreadas em títulos prorrogados e ou pagos a Requerente (e de conhecimento prévio dos fundos), necessitam ser cautelarmente impedidas por Vossa Excelência, já que, como afirmado, tais títulos passaram a ser dívidas das Requerentes diretamente junto aos fundos.

Ademais, caso os clientes pudessem ou fizessem pagamento diretamente aos Fundos, haverá risco para a própria viabilidade do presente pedido de Recuperação Judicial, na medida em que:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

(i) ofertará vantagem excessiva aos credores Fidic's sobre os demais credores sujeitos à RJ após seu esperado processamento, em inobservância da *par conditio creditorium*;

(ii) impedirá o recebimento de ativos aos caixas das Requerentes, uma vez que os pagamentos serão redirecionados aos Fidic's;

(iii) resultará na resolução de diversos contratos de compra e venda de produtos e na queda do faturamento da empresa que inviabilizará o pagamento do universo de credores;

(iv) criação de outras dívidas aos caixas da empresa, já que o protesto indevido e eventuais cominações das cessões de crédito serão certamente incumbidas às Requerentes.

Em casos análogos **os r. Juízos Recuperacionais estão deferindo a pretendida liminar visando a preservação das empresas Recuperandas e a proteção de seus credores, a exemplo do ocorrido na Recuperação Judicial da empresa Graneleiro Transportes Rodoviários Ltda autuada sob o nº 1000878-95.2023.8.26.0358 em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mirassol/SP:**

> **"(...)**
> **É caso de deferimento do pedido, em virtude do periculum in mora havido no caso concreto, ao menos até que exercido o contraditório pelos Fundos requeridos, quando a questão poderá ser revisitada pelo Juízo, se o caso. Os débitos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial deverão, obrigatoriamente, ser negociados e adimplidos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, a ser apresentado pela Recuperanda no prazo disposto**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

na lei recuperacional. Após apresentado o Plano de Recuperação Judicial, os credores terão a plena discricionariedade de objetá-lo, podendo ainda, se o caso, negociar os termos propostos pela Recuperanda em eventual Assembleia Geral Credores

Incontroversamente a medida que melhor atende aos princípios balizadores da Recuperação Judicial, assim como, o art. 47 da Lei 11.101/05[24] é a concessão de tutela antecipada de urgência nos termos do art. 300 do CPC, para determinar que os Fidic's abstenham-se em cobrar, receber, notificar, negativar, protestar, ceder ou tomar quaisquer outras medidas em face dos devedores originais dos créditos.
(...)
Há clara vedação legal, portanto, aos credores sujeitos que intentam em buscar a satisfação de seus créditos individuais por via transversa, na tentativa de anteciparem o recebimento de seus créditos, em detrimento dos demais credores sujeitos à Recuperação Judicial. No mesmo ato incide aquele que adota expedientes visando coagir a empresa em Recuperação Judicial a favorecer determinado credor. No caso em análise, ao menos em sede de cognição sumária, a situação narrada pela requerente pode, em tese, caracterizar infração aos ditames da Lei de Falências e Recuperação de empresas, sem prejuízo de eventual cometimento de crime falimentar. Por sua vez, caso o credor comprove, no tempo e modo devidos, que o seu crédito não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, não será prejudicado, eis que terá o seu crédito excluído da Recuperação Judicial.
(...)"

[24] Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

O mesmo ocorrera na Recuperação Judicial requerida pelo Frigorífico Rainha da Paz Ltda, autuada sob o nº 0059816-78.2022.8.16.0014, em que restou decidido:

> **"(...) A essencialidade dos recebíveis é tamanha que, caso não sejam disponibilizados à devedora, "o grupo não conseguirá pagar os salários de seus funcionários e não terá condições de comprar a ração necessária para o trato do seu plantel de suínos, causando a morte dos animais, que representam mais de R$ 57 milhões pelo preço de custo, além de grave problema sanitário" (mov. 24.2 – fls. 31).**
>
> **Em síntese, o princípio da função social da empresa deve ser invocado afim de se concluir, com fulcro nos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, que os recebíveis sejam considerados como bens de capital, já que essenciais ao fluxo de caixa.**
>
> **Em amparo ao aqui contido, ressalto entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que compete ao Juízo da recuperação judicial analisar a essencialidade dos bens de capital para efeito de permanência na posse do devedor durante o stay period.**
>
> **(...)**
>
> **Da relevância do grupo empresarial no contexto econômico e social se sobressai a probabilidade do direito (fumus boni iuris).**
>
> **Por sua vez, o perigo de dano (periculum in mora) está presente na constatação de que, caso os recebíveis não sejam disponibilizados, aproximadamente 1.300**
>
> **funcionários ficarão sem salário e o grupo empresarial poderá sofrer com a perda de cerca de R$ 57 milhões de reais em suínos, o que pode ser facilmente evitado.**
>
> **Ressalto que a medida é extraordinária, está limitada ao stay period, nos termos do art. 49, §3º, parte final, da Lei nº 11.101/2005 e não implica em prejuízo imediato às instituições financeiras.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Assim, pelo exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de:

a) DETERMINAR que as instituições financeiras indicadas, no prazo de cinco dias e durante o stay period, não se apropriem dos valores das cobranças realizadas dos clientes da devedora a título de cessão fiduciária, transferindo imediatamente todos os valores recebidos para a conta bancária indicada (mov. 1.1 – fls. 48)

b) DETERMINAR que as instituições financeiras indicadas, no prazo de cinco dias e durante o stay period, se abstenham de promover atos de cobrança, como protesto e negativação, contra clientes da devedora, sem autorização. (...)

Por todo exposto, incidental e cautelarmente, mesmo antes da análise de todos os requisitos para o deferimento do pedido de Recuperação Judicial, requer de Vossa Excelência com fundamento no art. 47 da Lei 11.101/05[25] combinado com o art. 300, do CPC, **a concessão de tutela antecipada de urgência, para determinar que os Fidic's abstenham-se em cobrar, receber, notificar, negativar, protestar, ou tomar quaisquer outras medidas em face dos devedores originais dos créditos.**

06.2- CERTIFICAÇÃO ABVTEX DE CARÁTER ESSENCIAL PARA A MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DA PRODUTOS.

Conforme já exposto acima, as Requerentes atuam conjuntamente no mercado têxtil atendendo a demanda de varejistas de porte

[25] Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

PROJUDI - Processo: 0004541-20.2023.8.16.0044 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Alan Rogerio Mincache:00487822978
20/04/2023: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Petição Inicial

nacional e internacional, nos segmentos *fashion, magazine, private label* e promocional.

Ocorre que se tornou prática dentro deste campo de terceirização na produção têxtil a exigência das contratantes de que as empresas mantenham certificado ativo em programas de controle de qualidade, tal como o ABVTEX.

Justifica-se o acima pelo controle da mitigação de riscos de reflexos trabalhistas, ambientais e fiscais, além da manutenção da qualidade e rastreabilidade dos produtos comercializados em nome de suas marcas.

A operação das Requerentes não foge da regra, sendo que no caso da cliente Disney, houve a exigência de submissão, auditoria e aprovação no programa de *compliance* próprio da marca conhecido como Disney FAMA.

Após o processamento de todas as etapas de auditoria as Requerentes obtiveram a certificação, da qual sofre frequentes auditorias para a sua manutenção e, portanto, da vigência do contrato de fornecimento.

Já quanto aos demais clientes a exigência é comum pela certificação fornecida pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), que nada mais é que um programa voltado a atestar a responsabilidade social, observância das regras de trabalho nacionais e orientações de órgãos de cooperação internacionais, o uso de práticas de governança voltadas a

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

proteger o meio ambiente e reduzir os impactos da exploração industrial, dentre outros.

Dentro do amplo rol de clientes listados no tópico 1, em sua grande maioria (para não dizer todos) tem como obrigação para o início da relação comercial a existência da certificação ABVETX vigente, dos quais citam-se a rede Pernambucanas, Renner, C&A, inbrands, Grupo Soma, Lojas Avenida, Lojas Montreal, dentre outras, conforme se comprova em anexo.

Feitas as considerações acima, conforme extrai-se do Regulamento Geral do Programa em anexo, mais precisamente junto ao Anexo 13 – Checklist aplicável ao Fornecedor ou Subcontratado, é exigência de nível crítico a apresentação de Certidões Negativas Tributárias:

2.9.7	BÁSICO	2.9.7	A empresa apresentou Certidão de Débitos relativos a créditos tributários federais e da Dívida Ativa da União, bem como as 6 (seis) ultimas guias pagas do INSS? Ou, na falta da Certidão de Débitos, apresentou as 12 (doze) últimas guias pagas do INSS? Ou ainda, caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – DCTFWeb.	crítico

(Doc. Anexo)

Ocorre que pela simples análise do endividamento tributário da empresa **DSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES EIRELI**, é possível concluir que com o esperado deferimento do processamento da Recuperação Judicial das Requerentes e operada a consolidação substancial das empresas, não será possível cumprir tal requisito da certificação.

Cabe as Requerentes reiterar que neste momento não possuem meios de adimplir ou até mesmo aderir a qualquer tipo de programa de parcelamento de dívida tributária (muito embora já estejam buscando essa alternativa), posto que ante a sua delicada situação financeira,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

tomar quaisquer medidas neste sentido não só comprometeria a própria existência das empresas, como inviabilizaria qualquer projeto de soerguimento mediante reestruturação da dívida.

Contudo é evidente que o prosseguimento dos contratos de prestação de serviços e, até mesmo, da própria existência das Requerentes dentro do mercado de varejo têxtil é vinculada diretamente pela vigência da certificação ABVTEX, na medida em que sua suspensão ou revogação acarretaria na perda praticamente completa da carteira de clientes existente atualmente.

É de se sobrepesar que uma das vertentes que estão sendo exploradas pelas Requerentes é a candidatura em procedimentos de licitação para confecção de itens de vestuário para entes públicos, a exemplo da concessão realizada junto a Secretaria de Assistência Social da cidade de Rio Bom, Estado do Paraná.

Para tanto, em regra, as empresas possuem requisitos básicos para candidatura à licitação para entes públicos seja na modalidade leilão, concurso, concorrência, convite ou tomada de preços, quando direcionada ao setor de vestuário é comum entre elas a exigência da vigência de certificação ABVTEX.

Para comprovar o acima, colaciona-se trecho o edital de publicação do pregão eletrônico do processo licitatório de nº 162/2021[26] feito para aquisição de uniforme escolar feito na cidade de Penápolis/PR:

[26] https://www.penapolis.sp.gov.br/editais/edital_pe_n%C2%BA_95_-_2021_26033839.pdf

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

2.1.1. Junto às amostras, a empresa deverá apresentar a sua Certificação ISO (Selo de Qualidade) e nos seus produtos apresentar o Selo ABVTEX (Associação Brasileira de Varejo Têxtil) e seguir todas as normas ABNT NBR 16001 e qualificação técnica, apresentar certificado através de atestado, sendo aceita comprovação de qualquer quantitativo de fornecimento, devendo ainda, constar a especificação do material fornecido.

(Pregão eletrônico nº 95/2021)

Veja-se Excelência que o intento das Requerentes não é, de modo algum, esquivar-se das demais regras do programa, tampouco, obter tratamento diferenciado pelo órgão certificador, contudo a exigência das certidões negativas tributárias não é requisito passível de ser saneado sem resultar na insolvência das empresas.

Nesse sentido têm-se que a Certificação ABVTEX deve ser considerada como essencial para o soerguimento das Requerentes, devendo este Juízo, em caráter liminar, determinar a manutenção durante o trâmite de processamento do procedimento de Recuperação Judicial a ser concedido, o que se requer desde já.

Sobre o tema têm-se que na forma do art. 6º, § 7º-A da Lei 11.101 de 2005, cabe ao Juiz da Recuperação Judicial após o deferimento da Recuperação Judicial deliberar sobre a manutenção de todo bem, contrato ou interesse essencial para a viabilização das atividades das Recuperandas:

> *Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:*
> *(...)*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

> *§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.*

Consabido que é permitido ao Magistrado que conduz o processo de Recuperação Judicial, ainda em sede de cognição sumária conceda à empresa Requerente a antecipação dos efeitos de sua concessão na forma positivada pelo art. 6º, § 12º e art. 189 da Lei 11.101/05[27].

Ocorre que pela análise conjunta do art. 189 da Lei 11.101/05[28] com o art. 300 do CPC[29], vê-se que a tutela antecipada pode ocorrer no pedido de Recuperação Judicial na medida em que sua urgência possa influir diretamente na viabilidade de seu processamento.

Quanto ao primeiro requisito, ***periculum in mora***, este é vislumbrado quando da simples análise do risco da paralisação do desenvolvimento da atividade econômica pela remoção ou suspensão da certificação essencial à cadeia produtiva e empresarial, o que atinge diretamente a finalidade da recuperação judicial, expressamente prevista no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, não se mostrando a solução adequada no

[27] Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:
(...)
§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial

[28] Art. 189. Aplica-se, no que couber, aos procedimentos previstos nesta Lei, o disposto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), desde que não seja incompatível com os princípios desta Lei

[29] Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

presente caso, sendo a manutenção da sua vigência em favor das Requerentes medida que atende diretamente o disposto no referido dispositivo:

> Art. 47. A recuperação judicial tem por **objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.**

A relevância do art. 47 foi expressada por Newton de Lucca da seguinte forma:

> **"Trata-se do artigo que instituiu a maior novidade da NLF. Pode-se dizer, em certo sentido, que ele traduz o espírito que terá enfornado toda a nova disciplina jurídica que acaba de ser dada à estampa em fevereiro do corrente ano de 2005."**[30]

O entendimento que determina a vigência de contrato essencial ao desenvolvimento da atividade empresarial não é novidade, eis que na busca da preservação da empresa, as regras de natureza formal aplicadas ao processo de recuperação judicial (v.g. art. 49, §3° c/c art. 6°, §4°) podem ser relativizadas quando a sua aplicação colocar em risco a execução do plano de recuperação e o êxito da finalidade precípua prevista no art. 47 da Lei n° 11.101/2005.

Ainda no tocante ao perigo de demora, vale ressaltar que a referida certificação possui prazo de vigência de 12 (doze) meses e encontra-se próximo ao seu vencimento, sendo certo que na auditoria de renovação das Requerentes não passarão nos testes ante a falta de Certidão

[30] DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coord). Comentários à nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falências. São Paulo: Quartier Latin. 2005.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Negativa de Débitos Tributários, especialmente até a taxa de tolerância zero praticada pelo Órgão Certificador.

Por fim, não restam dúvidas da necessidade da concessão de tais efeitos, eis que no tocante a **probabilidade de direito** esta encontra-se devidamente documentada na forma dos documentos anexos, já que na forma dos Contratos de Prestação de Serviços firmados com a maioria dos clientes das Requerentes possui cláusula condicional da continuidade da relação contratual pela vigência da Certificação Abvtex, além de sua exigência nos processos de licitação.

Neste sentido, Sérgio Seiji Shimura disciplina:

> **A simples aparência de um direito (*fumus boni iuris*) obriga a ordem jurídica a prestar-lhe essa espécie de tutela especial, como uma forma adequada de proteção. A sentença de procedência na ação cautelar reconhece a existência de uma pretensão à segurança, decorrente da simples aparência do direito. Apenas não a declara existente, bastando-lhe a mera probabilidade de sua efetiva existência.**[31]

Assim, restam demonstrados a probabilidade do direito da Exequente, assim como o perigo na demora, estando, portanto, preenchidos os requisitos para a concessão da tutela antecipada.

Apoiando ao acima requerido, por analogia, é o entendimento firmado nos Tribunais de Justiça Pátrio, já que vislumbram a mantença necessária dos contratos essenciais ao soerguimento das Recuperandas:

[31] SHIMURA, Sérgio Seiji. Arresto Cautelar. 2. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 1997. p. 31.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Recuperação judicial. Decisão que deferiu pedido da recuperanda para manutenção de contrato de prestação de serviços celebrado com empresa de porte, que é sua única cliente, após o recebimento de notificação extrajudicial de rescisão. Agravo de instrumento. O Juízo recuperatório é competente para exame do presente pedido cautelar, à luz da essencialidade, ou não, do contrato para a empresa em recuperação judicial. Ao menos até que os credores tenham a oportunidade de analisar a possibilidade de soerguimento econômico da recuperanda, mostra-se razoável manter-se sua única opção para manutenção de suas atividades. Medida que também leva em conta a longevidade da relação contratual as partes, iniciada há quase quarenta anos, tendo a rescisão sido requerida pela tomadora de serviços apenas com a sobrevinda do pedido de recuperação judicial. Manutenção da decisão recorrida. Agravo de instrumento desprovido. (TJ-SP - AI: 22064998420208260000 SP 2206499-84.2020.8.26.0000, Relator: Cesar Ciampolini, Data de Julgamento: 24/02/2021, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 26/02/2021)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Preliminar de nulidade da decisão recorrida pela suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da vedação à decisão surpresa – Hipóteses dos autos que se amolda à exceção prevista no artigo 9º, parágrafo único, do Código de Processo Civil – Preliminar afastada – Juízo da recuperação que concedeu a tutela de urgência requerida pelas recuperandas a fim de suspender os efeitos da manifestação do Grupo SOMOS visando à resolução do contrato apenas em razão do processamento da recuperação judicial – Juízo onde tramita o processo de recuperação judicial que tem à sua disposição todos os elementos que traduzem com precisão as dificuldades enfrentadas pelas recuperandas – Justificado pelos elevados interesses na conservação da empresa, o patrimônio da empresa

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

e a análise dos contratos essenciais celebrados com a recuperanda se sujeitam diretamente ao Juízo recuperacional, sem que isso seja considerado invasão de competência – Questão examinada que está adstrita à verificação do preenchimento, ou não, dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência – Contrato celebrado com o "Grupo SOMOS" que representa parcela relevante ao comércio de livros das recuperandas –Presença dos requisitos para concessão da tutela de urgência – Tutela de urgência que deverá ser mantida até que o tribunal arbitral examine a questão, competindo aos árbitros, inclusive, mantê-la, modificá-la ou revogá-la, nos termos do artigo 23-B da Lei nº 9.307/1996, incluído pela Lei nº 13.129/2015 – Decisão mantida – Recurso desprovido, com observação. (TJ-SP - AI: 20177017620198260000 SP 2017701-76.2019.8.26.0000, Relator: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 10/06/2019, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 13/06/2019)

Ante o exposto, é a presente para **requerer** de V. Exa. **seja a presente petição recebida em regime de MÁXIMA URGÊNCIA** para conceder, a título de tutela antecipada em caráter de urgência, decisão acerca da essencialidade da manutenção da certificação ABVTEX, determinando ao Órgão Certificador a isenção das Requerentes para cumprir o requisito 2.9.7 do Checklist aplicável ao Fornecedor ou Subcontratado, componente do Regulamento do Programa.

07- DO SEGREDO DE JUSTIÇA:

Por fim e não menos importante, requer que este Juízo autorize que os documentos que embasam a tutela antecipada possam ser juntados nestes autos mediante restrição de Segredo de Justiça.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Justifica-se o acima, pois os documentos supramencionados possuem dados sensíveis, já que relatam transações e comerciais entre as Requerentes e clientes, além de cláusulas contratuais gravadas pelo sigilo, resguardando que estes documentos e informações sejam repassadas a terceiros, preservando-se a privacidade desses dados.

Nesse sentido assevera o Código de Processo Civil:

> Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia **tramitam em segredo de justiça os processos:**
> I - em que o exija o interesse público ou social;
> II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;
> **III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;**
> IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.
> § 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.
> § 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

Além disso, determina o art. 260 da Lei 9.279/96 que quando a exposição de dados sensíveis a operação seja necessário para o desengrenar da demanda judicial, deve ser aplicado o segredo de justiça à tais

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

documentos para que sua juntada não implique em sua exposição generalizada, inclusive com capacidade de grande vazamento de dados:

> Art. 206. Na hipótese de serem reveladas, em juízo, para a defesa dos interesses de qualquer das partes, informações que se **caracterizem como confidenciais, sejam segredo de indústria ou de comércio, deverá o juiz determinar que o processo prossiga em segredo de justiça, vedado o uso de tais informações também à outra parte para outras finalidades**.

Nesta toada é o entendimento dos Tribunais Pátrios:

> AÇÃO DECLARATÓRIA – Decisão que indeferiu pedido de tutela de urgência para fossem prorrogados os vencimentos de ISSQN devidos pela agravante por noventa dias (março a junho de 2020) – Tutela antecipada recursal deferida – Superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal que estendeu os efeitos da Suspensão de Segurança nº 5.374 a este feito – Suspensão da liminar até o julgamento da ação originária – Perda de objeto – **Possibilidade de atribuição de sigilo aos autos, haja vista a presença de documentos financeiros de cunho sensível – Direito à intimidade e sigilo de dados** – Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AI: 20697038620208260000 SP 2069703-86.2020.8.26.0000, Relator: Mônica Serrano, Data de Julgamento: 25/08/2020, 14ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 25/08/2020)

> RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUNTADA DE CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITOS BANCÁRIOS COM CLÁUSULA DE CONFIDENCIALIDADE. PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE SEGREDO DE JUSTIÇA. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS (CPC, ART. 155). RESTRIÇÃO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO PROVIDO. 1. O art. 155 do Código de Processo Civil, em sintonia com a Constituição Federal, impõe, como regra, a publicidade dos atos processuais,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

admitindo, no entanto, hipóteses em que o feito se processará mediante segredo de justiça. Essas hipóteses constituem rol exemplificativo, não exaustivo, sendo autorizado o segredo de justiça em outras situações também merecedoras de tutela jurisdicional, por envolverem a preservação de outras garantias, valores e interesses fundamentais, como o direito à intimidade da parte (CF, art. 5º, X), ao sigilo de dados (CF, art. 5º, XII), o resguardo de informações necessário ao exercício profissional (CF, art. 5º, XIV) ou para atender a interesse público, relacionado à segurança da sociedade e do Estado (CF, art. 5º, XXXIII). 2. Na espécie, os motivos apresentados pelos recorrentes referem-se à necessidade inerente ao exercício profissional, atividade bancária, e justificam o pretendido processamento do feito sob segredo de justiça, pois aquela atividade é normalmente exercida sob sigilo bancário amparado em leis complementares, nos termos do art. 192 da Constituição Federal. 3. A pretensão de juntada aos autos, da ação de cobrança de honorários, do contrato de cessão de créditos firmado entre a instituição bancária e a sociedade empresária securitizadora, dotado de cláusula de confidencialidade, enseja a decretação do segredo de justiça por tratar **de informações e dados de natureza privada prevalente, afetando a intimidade e a segurança negocial das pessoas envolvidas nos créditos cedidos, além de técnicas de expertise e know-how desenvolvidas pelas partes contratantes, afetando suas condições de competitividade no mercado financeiro, não constituindo mero inconveniente a ser suportado pelos litigantes e terceiros.** O caso, portanto, também configura **proteção de segredo comercial**, a exemplo do que preconiza a regra do art. 206 da Lei 9.279/96. 4. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1082951 PR 2008/0065488-0, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 06/08/2015, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/08/2015 RDDP vol. 153 p. 153 REVPRO vol. 249 p. 461)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Desse modo, requer-se, respeitosamente, que seja deferido pelo Juízo que os documentos que embasam o pedido de tutela antecipada em anexo possam ser juntados aos autos sob o mando do segredo de Justiça, com fundamento no art. 189 do CPC e art. 260 da Lei 9.279/96.

08- CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, e restando adequadamente preenchidos os requisitos necessários ao deferimento deste pedido de Recuperação Judicial, a teor do art. 48 c.c. art. 51 da Lei 11.101/2005, **REQUER SEJA DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, observando para tanto os requerimentos específicos constantes desta petição e, ainda:

a) A atribuição de caráter de ofício à decisão que lhe deferir, a fim de que seja apresentada aos prestadores de serviços essenciais, impedindo a interrupção de tais serviços por conta de débitos anteriores ao pedido;

b) A atribuição de caráter de ofício à decisão que lhe deferir, a fim de que seja apresentada aos Juízos onde tramitem ações e execuções em face da devedora, com a expressa determinação de suspensão de tais ações pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, a teor do art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005;

c) A dispensa da apresentação de certidões negativas para exercício das atividades empresariais;

d) A intimação do Ministério Público, bem como a comunicação às Fazendas Públicas e à Junta Comercial a

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

fim de que se anote o processamento da Recuperação Judicial;

e) A nomeação de Administrador Judicial;

f) A publicação do Edital de aviso aos credores, na forma do § 1º do art. 52 da Lei 11.101/2005, com prazo administrativo de 15 (quinze) dias para que os credores apresentem ao d. Administrador Judicial as eventuais habilitações ou divergências;

g) A formação de incidentes específicos para apresentação dos demonstrativos de contas mensais e relatórios mensais de atividades da Requerente;

h) Conceder, a título de tutela antecipada em caráter de urgência, decisão reconhecendo a essencialidade da manutenção da certificação ABVTEX, determinando ao Órgão Certificador a isenção das Requerentes para cumprir o requisito 2.9.7 do Checklist aplicável ao Fornecedor ou Subcontratado, componente do Regulamento do Programa, com fulcro no art. 7º § 7º-A da Lei 11.101 de 2005;

i) Conceder, a título de tutela antecipada em caráter de urgência, decisão determinando aos Fundos de Investimentos *Valorem Fundo De Investimentos Em Direiros Creditórios Multisetorial, Oxss Fundo De Investimento Em Direitos Creditorios Não Padronizados, Múltiplo - Fidc Não-Padronizados Multissetorial, Alpha Securitizadora S.A, Mercantil Np Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Multisetorial, Fundo De Investimento Em Direitos Creditorios Multisetorial Empresarial Lp, Personalite*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6ZQ XFJ9G G6DVH LYSBY

Fundo De Investimentos, Nacional Invest Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios, Link Bank F I D Creditorios, PRIMOS FOMENTO MERCANTIL LTDA, BELLUNO FOMENTO MERCANTIL LTDA, Efx Confeccções, Barpan E Brr Administracao De Credito S.A que abstenham-se em cobrar, receber, notificar, negativar, protestar, ceder ou tomar quaisquer outras medidas em face dos devedores originais dos créditos cedidos pelas Requeretes, com fulcro no art. 47 da Lei 11.101/05;

j) Que atribua Segredo de Justiça aos documentos acostados nos itens xx a xx que baseiam a tutela antecipada requerida, com fulcro no art. 189 do CPC e art. 260 da Lei 9.279/96.

Dá à causa o valor de R$ 17.893.451,22 (dezessete milhões oitocentos e noventa e três mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos).

Termos em que,
Pede deferimento.

Maringá, 20 de abril de 2023.

ADRIANA ELIZA FEDERICHE MINCACHE
OAB/PR 34.429

ALAN ROGÉRIO MINCACHE
OAB/PR 31.976 – OAB/SP 418.014